

03 MENSAGEM DE NATAL

04 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

05 EDITORIAL

06 AGENDA NOTICIOSA

06 Aniversários:

06 11.º Aniversário da Unidade de Controlo Costeiro

08 Comemorações do 11.º Aniversário do Comando Territorial de Aveiro

11 Concerto de Outono 2019

13 Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da GNR

15 Visita de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Interna

16 Comemoração do Dia da Fundação

18 Dia da Fundação

21 Tomada de Posse do Inspetor da GNR

22 Entrega de Viaturas à Guarda Nacional Republicana

24 Certificação em Qualidade dos Postos Territoriais

25 Celebração de Natal no Comando-Geral

27 TEMA DE CAPA

27 Comando Territorial da Madeira



Comando Territorial da Madeira

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 - Fax 213217159;

NIPC: 600008878 **E-mail geral:** revista@gnr.pt;**Diretor:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar**I E-mail:** revista.direccao@gnr.pt **I Redação****e Edição:** Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo, n.º 32, 1200-092 Lisboa **Redação:** Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria; Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria **I Serviços****Administrativos:** António Lourenço, cabo-chefe de Cavalaria; Carla Almeida, cabo de Infantaria; José Rasteiro, cabo de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria **I Fotografia:**Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Núcleo de Apoio Gráfico GNR, Rua Padre Adriano Botelho, n.º 1, 1300-436 Alcântara. **I Tiragem:** 2.800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; Assinatura Anual: € 6,00; Ano XXXI - N.º 124 - outubro - dezembro de 2019. Publicação Trimestral.**Estatuto Editorial:** Compete à Revista da Guarda veicular formação, informação e cultura a todos os militares e promover a divulgação da imagem e identidade institucional da Guarda.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não necessariamente um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores, vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.



Mensagem de Natal e de Ano Novo de Sua Excelência o Comandante-Geral
«Oficiais Generais, Oficiais, Sargentos, Guardas, Guardas Florestais e Funcionários Cíveis da Guarda Nacional Republicana

As celebrações associadas ao período natalício convocam à união da família e dos amigos, realçando os laços afetivos e os valores da amizade e da fraternidade, traduzidos num ambiente de paz e harmonia, em reforço do sentimento de solidariedade e partilha. São estes os valores que herdámos daqueles que serviram esta secular instituição, quer na Guarda Nacional Republicana como na Guarda Fiscal, e que nesta quadra recordamos com regozijo e saudade.

É, também, um tempo em que somos mais sensíveis à privação da convivência com os que nos são próximos, pelo que, num sentimento de reconhecimento e de solidariedade, realço os que neste período estarão empenhados na nobre missão, em território nacional ou no estrangeiro, cumprindo

o seu dever para que todos os outros possam usufruir destes momentos no seio da família e de amigos. A todos deixo uma palavra de gratidão e especial estima, manifestando o meu mais sincero apreço pela entrega e empenho que têm demonstrado no cumprimento da nobre e exigente missão que nos está confiada, em prol da segurança de pessoas e bens, da ordem e tranquilidade públicas e da garantia do exercício de direitos e liberdades pelos cidadãos.

O ano de 2019 revelou, uma vez mais, uma Guarda comprometida com o cumprimento da missão e das inerentes atribuições, permanentemente orientada para os desafios que quotidianamente se colocaram ao nosso País.

Do patrulhamento a todo o tempo e em quaisquer condições atmosféricas, à segurança dos órgãos de soberania e prestação de honras de Estado, passando pela intervenção especializada na área da criminalidade violenta e grave, nos programas especiais, da proteção e conservação da natureza e do ambiente à investigação criminal, da fiscalização do trânsito à proteção e socorro, da vigilância e controlo costeiro à prevenção e combate à evasão fiscal, tributária e aduaneira, das missões nos mais variados teatros na Europa à ordem pública, das missões cinotécnicas à investigação criminal, os militares da Guarda souberam, em mais um ano, estar à altura das responsabilidades e, sobretudo, da confiança que os cidadãos e o Estado lhe depositam, promovendo uma resposta oportuna, rigorosa e eficiente, contribuindo decisivamente para o ambiente de paz e tranquilidade social que caracterizam a nossa sociedade livre e democrática.

Destaco as ações de proximidade junto de grupos de especial vulnerabilidade, nomeadamente, envolvendo crianças e jovens em risco, idosos, vítimas de violência doméstica e situações de exclusão social, assegurando a presença e o indispensável apoio

junto de quem mais precisa e dos mais fragilizados, posicionamento que reflete bem a identidade, das pessoas para as pessoas, que a instituição Guarda tem vindo a consolidar ao longo dos anos zelando pela sua segurança e bem-estar.

Nesta quadra festiva, olhando ao contexto de complexidade e incerteza em que vivemos, permito-me realçar a importância do Humanismo, que deve estar presente no dia-a-dia do militar da Guarda, enquanto característica distintiva do seu saber ser e saber estar, quer no relacionamento de camaradagem e respeito entre militares e civis, quer na relação próxima com os cidadãos que abnegadamente servimos, criando, assim, condições para o reconhecimento público pelas respostas afirmativas e adequadas às mais elementares expectativas e anseios das populações locais.

Uma referência especial de incentivo e alento para todos os militares que, internados em unidades hospitalares, no Centro Clínico ou nas suas residências se encontram em período de convalescença, por no decurso da atividade operacional terem sofrido acidentes que os privaram da sua normal condição de saúde e bem-estar, em resultado da exposição ao risco em prol do bem comum. Bem hajam pela vossa determinação e coragem, contem connosco para vos continuar a acompanhar e apoiar no processo de recuperação.

Uma palavra de apreço e consideração para todos os familiares dos militares e civis da Instituição, família mais alargada da Guarda, reconhecendo o seu papel determinante ao nível do apoio e estímulo diário, não obstante as dificuldades e contingências vivenciadas, proporcionando condições para que todos e cada um de nós se entregue à causa pública com maior disponibilidade, confiança e determinação.

Militares e civis da Guarda, faço votos para que, em 2020, continuemos com a serenidade e sentido do dever que nos caracteriza, na procura de renovadas formas de servir, mas sempre determinados “Pela Lei e Pela Grei”, na racionalização de recursos e desmaterialização de processos, a par de uma cooperação proactiva com as outras instituições e organismos.

Ao nível interno, o Comando da Guarda continuará focado na valorização profissional e humana, atento ao anseios e preocupações das mulheres e homens que servem o país nesta Instituição, promovendo igualdade de oportunidades e um justo reconhecimento pelo desempenho individual e coletivo, condições necessárias a uma Guarda forte, coesa e ciente da sua responsabilidade social.

Na qualidade de Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, reitero o singular privilégio de servir tão nobre Instituição, prestando a minha mais profunda homenagem a todos os seus militares e civis, no ativo, na reserva e na reforma, formulando votos de um Santo Natal e de um Próspero Ano de 2020, extensíveis às Excelentíssimas Famílias.

O Comandante-Geral



Luís Francisco Botelho Miguel
Tenente-general.»

Referências Elogiosas

«Exmo. Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel,
apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos e tenho a honra de reiterar o meu agradecimento pela amável participação da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana na cerimónia da Comemoração do 209.º Aniversário da Independência Nacional do México, que se realizou no dia 13 de setembro de 2019.
A exitosa prestação musical constituiu um contributo inestimável para o sucesso da celebração junto da comunidade mexicana e do corpo diplomático acreditado em Lisboa, tendo enriquecido de forma determinante o programa da comemoração deste 209.º aniversário da Independência Nacional.
Aproveito a ocasião para transmitir-lhe os meus cordiais cumprimentos.
Atentamente

Jennifer Feller
Encarregada de negócios a.i.»

«Exmos. Senhores,
venho por este meio agradecer e dar conhecimento a V. Exas. que desejo louvar a forma como fui tratada no Posto da GNR de Alcabideche no passado dia 1 de junho do corrente ano.
Por uma situação muito desagradável, tive de acorrer às instalações da GNR de Alcabideche, onde entrei em verdadeiro pânico, hipernervosa e desamparada, dado estar só. Todos os elementos que me atenderam desde a receção até e principalmente ao guarda-principal Vasco Martins, foram inexecutáveis na forma como me atenderam. Apesar de terem imensas pessoas nesse dia e haver alguma confusão com o grande número de ocorrências, facto que presenciei enquanto aguardava e assim mesmo se preocuparam e me perguntaram por diversas vezes se estava melhor. Quanto ao guarda-principal Vasco Martins, que me atendeu quanto à queixa por mim feita, foi de um humanismo, preocupação e amabilidade indescritíveis. O meu agradecimento profundo a este Senhor. Não posso, por isto, deixar de não vos dar conhecimento da minha experiência (felizmente pela primeira vez) em que estou muito grata pelo acompanhamento que me foi dado e pela generosidade do Senhor guarda-principal Vasco Martins e o seu alto profissionalismo.
Não posso deixar de referir que posteriormente tive de ir prestar declarações, mais precisamente dia 14 de outubro do corrente ano, na mesma esquadra da GNR em que fui atendida pelo Senhor cabo Ferreira, que também ele foi de uma gentileza enorme.
Bem-haja a todos estes elementos e muito obrigada pela Vossa Atenção. Com os meus melhores cumprimentos,
Ana Maria Brito Santos.»

«Exmo. Senhor Comandante do Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Albufeira, no passado dia 28 de setembro foi contactada a GNR de Albufeira, no sentido de resolver uma situação de ocupação indevida de habitação.
Compareceram a guarda Bruna Lopes e o guarda Mário Moreira.
Venho pela presente expressar o meu agradecimento pela forma como estes profissionais encararam a situação e contribuíram para a sua resolução.
Quero realçar o comportamento competente, muito profissional, mas firme na sua atuação, que foi preponderante para que a situação complicada que existia fosse resolvida de imediato, sem mais complicações.
A estes guardas deixo uma vez mais o meu agradecimento, certa de que, sem o seu auxílio, seria com certeza, muito difícil a resolução da questão em causa.
Com os melhores cumprimentos

Maria Cecília Lopes.»



A última Revista do ano de 2019 tem como tema de capa o Comando Territorial da Madeira.

Este Comando que, embora tenha celebrado no corrente ano, em 23 de Junho, o seu 10.^o aniversário como Comando Territorial da Madeira, em 01 de Dezembro, o 100.^o aniversário da chegada dos militares da Companhia «Mixta» n.^o 1 da GNR à Madeira e, em 21 de Setembro, o 134.^o aniversário da Guarda Fiscal, tem, na realidade, a sua existência historicamente associada aos primeiros homens D'el-Rei, «braço armado» do Almojarife, que, em 1477, iniciaram funções de cobrança de impostos e de policiamento na ilha da Madeira.

É um legado histórico caracterizado por diferentes fases, desde a criação (12 de Outubro de 1910) - entrada em atividade (03 de Maio de 1911), reorganização (01 de Julho de 1913), extensão às ilhas (10 de Maio de 1919) - à presença na Madeira da Companhia «Mixta» n.^o 1 da GNR (entre 01 de Dezembro de 1919 e 31 de Março de 1922). Desde então, mais de um século passado, muitas mudanças se verificaram, o que se mantém idêntico é o querer honrar as tradições, afirmar os valores institucionais que caracterizam a matriz militar e, defender a pública e nobre causa de GUARDAR os cidadãos Madeirenses e Porto-Santenses.

O envolvimento e intervenção directa dos militares da Guarda em alguns dos momentos mais fatídicos ou trágicos da história da Madeira - entre os quais se destacam o maior aluvião registado na Madeira, em 20 de Fevereiro de 2010, decorrente de chuvas torrenciais, que tirou a vida a dezenas de pessoas, deixando centenas de feridos e famílias desalojadas e originando milhões de euros de danos materiais; assim como os incêndios de 2010, 2012 e 2016, que consumiram milhares de hectares de mato e floresta, chegando a consumir 95% da área do Parque Ecológico do Funchal -, estão bem presentes na memória do povo e das várias entidades oficiais madeirenses, não sendo pois de estranhar, o respeito e a admiração crescente pela GNR, expressa neste Comando Territorial.

Nesta Revista, salientamos o 11.^o Aniversário da Unidade de Controlo Costeiro, assinalado, dia 06 de Novembro, com um conjunto de atividades de carácter militar e religioso, com comemorações em todas as Subunidades e com uma parada militar, junto à Torre de Belém, em Lisboa, presidida por S. Exa. o Ministro da Administração Interna (MAI), Dr. Eduardo Cabrita.

Noticiamos a realização do tradicional Concerto de Outono da Guarda Nacional Republicana, dia 01 de Outubro, no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, com a presença S. Exa. o MAI, tendo a Banda Sinfónica da GNR, sob a direcção do Maestro, Sargento-Mor João Aires Moreira da Silva, actuado com a participação especial da cantora Sofia Escobar.

Damos, também, notícia da cerimónia de Entrega de Espadas aos novos Oficiais da GNR, dia 02 de Outubro, no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, evento que simbolizou a entrada de 37 novos Oficiais no Quadro Permanente da Instituição, presidida por S. Exa. o MAI, Dr. Eduardo Cabrita.

Destacamos, no dia 10 de Dezembro de 2019, a realização da segunda celebração do Dia da Fundação da Guarda Nacional Republicana, no Quartel do Carmo, em Lisboa. A efeméride, que evoca a mesma data de 1801, aludindo à criação da Guarda Real da Polícia, deu público testemunho das origens da Guarda como Força de Natureza Militar, pondo em relevo os militares que malgradadamente perderam a vida ao serviço da Guarda, os que dedicaram grande parte da vida ao serviço da Instituição e que deixam o serviço activo, e ainda, aos que ingressaram na Guarda neste ano.

Por último, pomos em evidência, no dia 13 de Dezembro, com a presença de S. Exa. o MAI, Dr. Eduardo Cabrita, as cerimónias de Entrega de Viaturas em frente ao Município do Cartaxo; e de apresentação pública da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) dos Postos Territoriais de Fátima e Azambuja.

Terminamos, solidarizando-nos com as palavras de S. Exa. o Comandante-Geral na sua Mensagem de Natal e de Ano Novo, formulando votos de um Santo Natal e de um Próspero Ano Novo de 2020 a todos os que nos dão a honra de ler a Revista da Guarda *Pela Lei e Pela Grei*.

Quartel do Carmo, Lisboa, 23 de Dezembro de 2019.

O Director da Revista

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira

CM

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira
Coronel

11.º Aniversário da Unidade de Controlo Costeiro



No dia 06 de novembro de 2019, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC) comemorou o seu 11.º Aniversário. Para assinalar este evento, foi realizada na manhã do dia 22 de outubro de 2019, na Igreja da Memória, em Lisboa, uma missa de sufrágio aos militares da UCC falecidos durante o último ano, e no dia 06 de novembro, realizou-se a cerimónia principal, junto à Torre de Belém, em Lisboa.

A celebração desta efeméride compreendeu um conjunto de atividades de caráter militar e religioso, singelas, mas com um significado especial militar, tanto na vida interna da UCC, como na imagem que dela se projeta para o exterior.

Estas comemorações, assinaladas em todas as subunidades, iniciaram-se pelas 08H00 com o içar da bandeira nacional e prosseguiram às 15H00 com uma parada militar, presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, acompanhado pelo comandante-geral da Guarda Nacional Republi-

cana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel. Estiveram presentes na cerimónia demais altas entidades militares e civis convidadas e oficiais gerais e comandantes de Unidades e Órgãos Superiores de Comando e Direção da Guarda.

A cerimónia militar iniciou-se com a apresentação da formatura à alta entidade, revista às Forças em Parada, seguida de integração do estandarte nacional, alocução do Exmo. comandante da UCC e alocução de S. Exa. o ministro da Administração Interna (MAI). Os discursos de S. Exa. o ministro da Administração Interna e do comandante da UCC, atendendo aos seus conteúdos e mensagens, mereceram atenção por parte de todas as entidades presentes, assim como dos militares, tendo sido destacado o relevante contributo da Unidade nas vertentes de vigilância da fronteira externa, evidenciado o esforço no patrulhamento e na fiscalização e ainda o expressivo desempenho no plano internacional, na salvaguarda de vidas no mar,

enquadrado no quadro da FRONTEX (Agência Europeia da Guarda de Fronteira e Costeira).

As forças em parada, sob o comando do tenente-coronel Adérito Santos, encontravam-se constituídas por uma companhia de militares das Equipas de Vigilância e Patrulha (EVP), representado a componente terrestre do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Fronteira Marítima e Costa Portuguesa (SIVICC), por uma companhia de militares das Guarnições Marítimas, representado a componente marítima do SIVICC, e ainda um Bloco Motorizado, que juntamente com a Banda Marcial e Fanfarra da Unidade de Segurança e Honras de Estado, assistiram ainda à condecoração de militares, prestaram uma sentida homenagem aos mortos e finalmente desfilaram com garbo perante S.Exa. o ministro da Administração Interna e demais convidados.

A abrilhantar a cerimónia e a pairar no rio Tejo, junto

à Torre de Belém, encontrava-se uma Força constituída por duas Lanchas de Vigilância e Interceção (LVI), uma Lancha de Fiscalização de Águas Interiores (LFA) e uma Embarcação de Alta Velocidade (EAV), atuando com a interoperabilidade das diversas valências da GNR, destacando-se o empenho das Equipas de Operações Especiais do Grupo de Intervenção e Operações Especiais (GIOE) da Unidade de Intervenção (UI), um Binómio de Intervenção tático e outro Binómio de deteção de armas, droga e papel-moeda, ambos do Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC) da UI, e uma Equipa de mergulhadores da Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS) da Unidade Especial de Proteção e Socorro (UEPS).

O evento encerrou com a apresentação de uma exposição estática, representando a Componente de Vigilância do SIVICC, constituída por um Posto de Observação Móvel e por meios de visão noturna e diurna.



Comemorações do 11.º Aniversário do Comando Territorial de Aveiro



O Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Aveiro, comemorou no dia 10 de novembro, o seu 11.º aniversário. Para além dos onze anos deste Comando Territorial, dedicados ao cumprimento da missão geral da Guarda, assinala-se também o 102.º aniversário da chegada da Guarda Nacional Republicana ao distrito de Aveiro.

A presença da Guarda Nacional Republicana na cidade de Aveiro ocorreu no ano de 1917, tendo sido determinada a implantação imediata da 2.ª Companhia do então Batalhão n.º 4, previsto ficar sedado em Viseu, com base na Lei n.º 1, do ano de 1913, do Ministério do Interior.

Em 1980, o distrito de Aveiro foi reorganizado em duas Companhias distintas, a 2.ª Companhia sedada em Aveiro e a 6.ª Companhia sedada em São João da Madeira.

Em 1993, com a aprovação de uma nova orgânica, as Companhias deram lugar aos Grupos Territoriais de Aveiro e de São João da Madeira.

Por fim, em janeiro de 2009, a reorganização da Guarda extingue a estrutura até então vigente no distrito, passando o atual Comando Territorial de Aveiro a ser a Unidade responsável pelo cumprimento da missão geral da Guarda em todo o distrito.

As comemorações do 11.º aniversário decorreram no Município de Águeda, tendo integrado diversos momentos, a saber:

- Uma exposição «evocativa aos 102 anos da Guarda Nacional Republicana no distrito de Aveiro», no Centro de Artes de Águeda, que pôde ser visitada entre os dias 5 e 25 de novembro;
- O concerto da Banda Sinfónica da GNR, que decorreu no dia 9 de novembro, no Centro de Artes de Águeda, tendo gerado um impacto muito positivo junto da comunidade local, refletido na lotação esgotada e das ovações sistemáticas e prolongadas, após cada obra tocada;
- Por último, decorreu a Cerimónia Militar realizada no Largo 1.º de Maio, na cidade de Águeda, tendo

sido presidida por S. Exa. o 2.º comandante-geral da GNR, tenente-general Rui Clero. Contou ainda com a presença do Exmo. Senhor Jorge Almeida, MI presidente da Câmara Municipal de Águeda, bem assim como diversas entidades civis e militares de todo o distrito de Aveiro.

Na Cerimónia Militar, as forças em parada foram constituídas pela Banda Marcial e Fanfarra da Unidade de Segurança e Honras de Estado da GNR, bem como pelas seguintes forças do Comando Territorial de Aveiro: uma Companhia de Infantaria composta por três Pelotões, um Bloco Motorizado, no qual foram integradas viaturas das diversas valências da Unidade. Em simultâneo com a Cerimónia Militar, decorreu, num jardim próximo do Largo 1.º de Maio, em Águeda, um *plastron* de demonstração de meios e valências da Guarda, com meios próprios do Comando Territorial de Aveiro e de outras Unidades da Guarda



PELA LEI E PELA GREI

Nacional Republicana, como sejam do Comando Territorial de Coimbra, do Porto, da UEPS e da UCC. Após a realização da Cerimónia Militar, foi realizada uma pequena cerimónia protocolar, para entrega de uma viatura elétrica, cedida em regime de comodato pela Câmara Municipal de Águeda, com destino à Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Destacamento Territorial de Águeda, para o policiamento das escolas, dos idosos e de outras pessoas vulneráveis.

Importa por fim enaltecer o elevado profissionalismo, dedicação e espírito de missão que todo o efetivo demonstrou nas atividades que integraram as comemorações do 11.º aniversário do Comando Territorial de Aveiro, afirmando, com elevada convicção, que todo o efetivo permanece pronto para responder à complexa e exigente missão da Guarda, em particular no garante da segurança e tranquilidade públicas das populações deste distrito de Aveiro, fazendo *jus* ao lema «Lestos Ria Acima Ria Abaixo».



Concerto de Outono 2019



No sentido de proporcionar mais um momento de convívio cultural, contando com a assistência habitual de destacadas entidades civis e militares, a Guarda Nacional Republicana realizou, em 1 de outubro de 2019, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, o tradicional Concerto de Outono, em que também esteve presente S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita. O espetáculo dado pela Banda Sinfónica da GNR, sob a direção do maestro sargento-mor João Aires Moreira

da Silva, contou com a participação especial de Sofia Escobar, perante uma plateia expectante que se associou a este evento de entrada livre, para apreciar o belíssimo programa apresentado com os temas: *Italian Capriccio* op. 45 – Piotr Tchaikovsky; *Till Eulenspiegels Lustige Streiche* op. 28 – Richard Strauss; *I Feel Pretty* – Stephen Sondheim; *Over The Rainbow* - Harold Arlen; *Memory* – Andrew Lloyd Webber; *I Dreamed a Dream* – Alain Boublil; *Don't Cry For Me Argentina* – Andrew Lloyd Webber; e *Think of Me* – Andrew Lloyd Webber.

PELA LEI E PELA GREI



Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da GNR



A GNR assinalou, no passado dia 02 de outubro 2019, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, o ingresso de 37 novos Oficiais no Quadro Permanente da Instituição. A cerimónia que confere aos novos Oficiais a autoridade para o exercício de funções de comando e liderança, foi presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna Dr. Eduardo Cabrita, contando também com a presença de S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís

Francisco Botelho Miguel, para além de outras altas entidades e ainda de camaradas, familiares e amigos dos novos alferes.

Do evento, que teve início pelas 21H00, destaca-se o momento alto da bênção e entrega das espadas, assim como a sequência de discursos do Oficial das Armas mais antigo, de S. Exa. o comandante-geral e de S. Exa. o ministro da Administração Interna, bem como uma atuação do Quarteto de Cordas da GNR, que encerrou a cerimónia.



Visita de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Interna



Em 26 de outubro de 2019, S. Exa. o presidente da República conferiu a posse da Dra. Patrícia Gaspar, para o novo cargo de secretária de Estado da Administração Interna.

Neste desígnio, pela manhã do dia 2 de dezembro de 2019, a Guarda Nacional Republicana teve a honra da sua visita ao Comando-Geral, em Lisboa.

Após ser recebida com as devidas honras militares e por S. Exa. o comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, foram-lhe apresentados também cumprimentos pelos mais altos responsáveis da estrutura funcional da Instituição, bem como por

uma representação de comandantes, diretores, chefes e oficiais, sargentos, guardas e civis, na Sala General Afonso Botelho.

Da agenda da visita constou um brífingue institucional, uma passagem pelo CINGOp e Museu da Guarda, assim como uma exposição estática dos meios e valências que a Guarda tem à disposição, a fim de proporcionar a S. Exa. a secretária de Estado um conhecimento mais pormenorizado desta Força de Segurança.

Esta visita contou ainda com uma breve passagem pela varanda do quartel e um almoço na Messe de Oficiais, tendo terminado cerca das 14h30.

PELA LEI E PELA GREI

Comemoração do Dia da Fundação



No dia 10 de dezembro de 2019, realizou-se a segunda celebração do dia da fundação da Guarda Nacional Republicana, no Quartel do Carmo, em Lisboa.

A efeméride, que evoca a mesma data de 1801, aludindo à criação da Guarda Real da Polícia, deu público testemunho das origens da Guarda como Força de natureza militar.

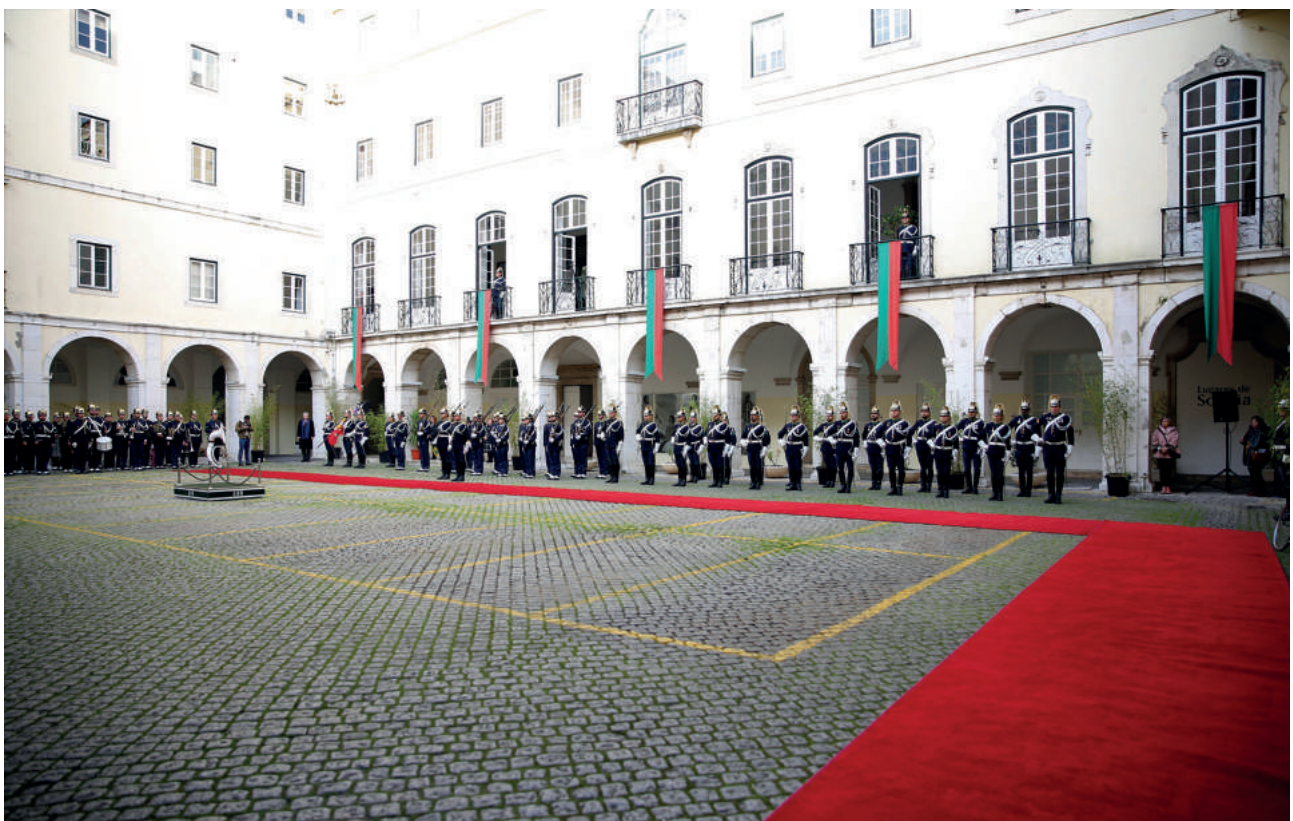
A comemoração do «Dia da Fundação e Origem da GNR» neste 10 de dezembro, em ato público, deu especial ênfase aos militares que malgradadamente perderam a vida ao serviço da Guarda, aos que dedicaram parte da vida ao serviço da Instituição e que deixam o ativo, e ainda, aos que ingressaram na Guarda neste ano 2019.

O evento iniciou-se no Largo do Carmo, com a prestação das devidas honras militares, executadas por uma Guarda de Honra, ao secretário de Estado-adjunto e da

Administração Interna, Dr. Antero Luís, entidade que presidiu à celebração.

No elenco do programa da comemoração, o coronel Nuno Andrade deu uma conferência alusiva ao Dia da Fundação na sala General Afonso Botelho, à qual se seguiu uma cerimónia militar na parada de Cavalaria, onde também alguns militares figuraram em trajes de uniformes históricos.

A realçar desta cerimónia militar são também as condecorações dos militares que se destacaram pelos serviços prestados e a imposição de uma insígnia a todos os militares que transitaram para a reserva, remetendo para o comprometimento com a Instituição. Estes militares entregaram os brasões de armas da GNR aos novos elementos que recentemente ingressaram na Guarda Nacional Republicana, simbolizando a passagem de testemunho e rejuvenescimento da Instituição.



Dia da Fundação

Pelo coronel Reinaldo Nuno Valente de Andrade*

«A Gendarmaria é uma organização à parte. É a maneira mais eficaz de manter a tranquilidade de um país, é uma vigilância meio civil meio militar, estendida por todo o lado ...»¹
Napoleão Bonaparte

O Comando da Guarda Nacional Republicana (GNR) instituiu no ano transato o «Dia da Fundação», precisamente no dia da criação da Guarda Real da Polícia de Lisboa (GRP de Lisboa), em 10 de dezembro de 1801. Dessa forma, associa-se esse marco histórico à fundação da primeira Força de Segurança profissional em Portugal e primeira Gendarmaria portuguesa, na qual têm origem todas as forças e serviços de segurança nacionais, especialmente a GNR e demais Forças de Segurança de estatuto militar. Estas enquadram-se na designação de Gendarmarias e desde 1801 têm acompanhado a expansão das forças gendármicas, primeiro na Europa e depois, globalmente, para o exterior do Continente Europeu.

A importância da fundação desta pioneira Guarda, em 1801, é atestada pelo sucesso policial imediato², pelo reconhecimento das Guardas que lhe sucederam, bem como por GNR ter celebrado os seus 150 e os 200 anos (em 1951 e 2001), tal como voltou a acontecer a partir do ano transato.

No «Dia da Fundação» instituído em 2018, foi editada, pelo Núcleo de Apoio Gráfico da GNR, uma obra alusiva à história da GRP de Lisboa, em que se aprofundou a investigação histórica da pioneira Guarda Real e se defendeu a tese de que surgiu em 1801, a «criação do primeiro corpo gendármico português e primeira Gendarmaria criada num país fora da esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa». Aí se procurou demonstrar, igualmente, que com a «criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1809, em tudo semelhante à GRP de Lisboa», se assinalou, também, «... a criação da primeira gendarmaria fora do território europeu, estando na ori-

gem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Militar do Distrito Federal e da generalidade das polícias militares estaduais brasileiras», desde logo, porque «até 1809, a existência de gendarmarias autónomas só se tinha manifestado em países europeus»³. Nesse sentido foram explicitados factos e argumentos históricos que apontam para que a GRP de Lisboa tenha constituído, a partir de 1801, o primeiro corpo gendármico português e por inerência, o primeiro a ser criado internacionalmente fora da esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa, criada em 1791, no seguimento da Revolução Francesa.

Sucintamente pode-se afirmar que o príncipe regente D. João (futuro rei D. João VI), quando assinou o Decreto fundador em 10-12-1801, institui um pioneiro corpo policial para assegurar o sossego e a tranquilidade pública da capital e seus limites, mas que tivesse também como missão a segurança da «Corte e do Reino», explicitando o legislador, logo no plano de criação, que «Sua Majestade quer que o Corpo da G. R. P. seja uma Força Nacional».

Assim, essa primeira Guarda foi igualmente empenhada em serviços de guarda, piquete e guarnição, barreiras fiscais e cancelas marítimas, combate a incêndios, auxílio às diligências da «Justiça», escoltas de Cavalaria, diligências e destacamentos policiais prontos «a sair à primeira voz de tumulto ou sedição considerável»⁴, em qualquer parte do território nacional continental⁵, assegurando, ainda, a segurança às principais vias de comunicação do país, casos da estrada do Alentejo e da Beira.

Essa Guarda Real surgiu seis anos antes da ocupação francesa de Portugal, que ocorreria no final de 1807.

Após a primeira invasão francesa, o decreto fundacional de 1801 serviria de modelo aos planos de criação da Guarda Real da Polícia do Porto (GRP do Porto), em 1808 (confirmada em 1824), e em 1809 à criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro, no Brasil.

A GRP de Lisboa foi «a antecessora das Guardas Municipais e a precursora da Guarda Nacional Republicana. Dela nasceram também o Corpo de Guarda Barreiras, antecessora da atual Guarda Fiscal e a Polícia Civil, mais tarde Polícia Cívica e depois Polícia de Segurança Pública»⁶. Possuía organização militar, vocação policial e uma dupla dependência: do general das Armas da Província (dependência militar⁷) e do intendente-geral da Polícia da Corte e do Reino (dependência civil), sendo constituída por militares de Infantaria (424), de Cavalaria (208) e 10 militares no Estado-Maior, os quais eram armados, uniformizados e aquartelados em quartéis militares, alguns dos quais transitaram para as Guardas que lhe sucederam até à atualidade, como é o caso do Quartel do Carmo de Lisboa, primeiro Comando da GRP de Lisboa e «permanente» Comando-Geral da GNR.

Cerca de meio ano depois da fundação da GRP de Lisboa, foram criadas as Guardas Barreiras, agregadas nessa Guarda Real, dotando-a, e ao país, de capacidade de coercibilidade para o cumprimento da lei, quer em benefício da segurança pública, de pessoas e bens, quer na cobrança de impostos, o que se revelou mais uma das garantias do sucesso desta pioneira Guarda e das forças e serviços de Segurança que lhe sucederam. Num país de reduzidas dimensões e com a capital em Lisboa, localizada a Sul, onde se concentrava a representatividade do poder político nacional, e uma outra cidade com considerável dimensão, o Porto, localizada a Norte, geograficamente complementar da capital, o dispositivo das Guardas Reais da Polícia consolidou-se em ambas estas cidades, o que acabaria por se evidenciar igualmente nas Guardas Municipais que lhe sucederam, bem como na primeira metade da I República,

com uma demorada implantação da GNR, sobretudo no norte e centro de Portugal.

Assim, até ao início dos anos 20 do século XX, em casos de considerável alteração da segurança e ordem pública no interior do território nacional acorriam as forças das unidades de Infantaria e sobretudo dos esquadrões de Cavalaria da GNR, sediados em Lisboa e no Porto, podendo os governos equacionar fazer uso das unidades do Exército, localizadas mais próximas dos locais das ocorrências, bem como da Guarda Fiscal (criada em 1885, com uma autêntica «muralha» de Postos Fiscais ao longo da linha de costa, portos de mar e fronteira terrestre com Espanha) e a partir de 1867, dos guardas dos corpos de Polícia Civil nas cidades sedes das capitais de distrito (estes corpos policiais foram extintos pela República que criaria, em 1911, os corpos de Polícia Cívica).

Ao longo dos seus 33 anos de existência, desempenhou ainda, funções militares, como tropa de linha, combatendo o invasor francês, tendo abandonado as cidades de Lisboa e do Porto, reunindo-se às tropas luso-britânicas, participando em diversas batalhas contra o invasor (de 1808 a 1810) e nos combates da Guerra Civil (de 1832 a 1834).

As primitivas Guardas Reais acabaram extintas pelos liberais, vencedores em 1834. A partir do liberalismo foi sendo reduzida a intervenção militar na designada «sociedade civil», passando a segurança interna a ser ainda mais reforçada pelos piquetes, destacamentos e diligências de polícia das Guardas Municipais (e das Guardas Republicanas e nos primeiros anos da República, da GNR⁸), sobretudo para fazer frente a situações de greves, protestos populares, captura de criminosos e desertores e em outros casos de considerável alteração da ordem pública.

Assim, nesta segunda edição do “Dia da Fundação” procurar-se-á aprofundar a temática da GPR de Lisboa, mas enquanto primeira gendarmaria portuguesa e ao mesmo tempo, como primeira gendarmaria criada

PELA LEI E PELA GREI

num país fora da esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa, a qual foi decisiva para a criação, Brasil, do primeiro Corpo Gendármico no exterior da Europa, excluindo as Legiões Gendármicas, criadas pela colonização francesa ou sob a esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa. Para tal, abordar-se-á a origem das gendarmarias

e sua expansão após a Revolução Francesa, no movimento que partiu da Europa e se alargou à globalização de modelos e de cooperação policial, de que é exemplo recente a criação, em 2005, da Força de Gendarmaria Europeia, designada EUROGENDFOR⁹, em que participa a GNR, legítima herdeira da GRP de Lisboa.

NOTAS:

* (Separata *Dia da Fundação 10 de Dezembro de 1801*, ed. Núcleo de Apoio Gráfico da GNR, Lisboa, 2019, pp. 3-5).

¹Cf. ALVES, Armando Carlos, Op. Cit. p. 210.

²Meio ano depois da criação da GRP de Lisboa, o príncipe regente, futuro D. João VI, referia que com a sua ação «*se conseguiu a tranquilidade pública da Capital e a utilidade da Real Fazenda, evitando-se os maiores descaminhos dos Reais Direitos*», justificando a sua ampliação e a cessação do inicial «*auxílio dos Regimentos aquartelados na Corte*», em que os serviços de patrulhamento policial estavam na dependência do Comando da Guarda (Cf. ANDRADE, Nuno (coronel), «Dia da Fundação ...», Op. Cit. p. 4). 3 Cf. ANDRADE, Nuno (Coronel), *Dia da Fundação, 10 Dezembro 1801*, ed. Núcleo de Apoio Gráfico da GNR, Lisboa, 2018.

⁴Cf. ANDRADE, Joaquim Miguel de, Op. Cit., pp. 32-33. Acerca deste assunto, Vide Decreto de 12 de outubro de 1805.

⁵Cf. ANDRADE, Joaquim Miguel de, Op. Cit., p. 43. Acerca dos destacamentos da Guarda Real da Polícia de Lisboa fora da província da Estremadura *vide*, também, artigo 1.º, Título III e artigos 70.º a 74.º, pp. 108 a 118.

⁶Cf. RODRIGUES, Luís Alberto Filipe (capitão) *A Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico, I Parte, in Origens da Guarda Nacional Republicana*, ed. Tipografia da GNR, Lisboa, 1949, p. 3.

⁷A GRP de Lisboa devia obediência «*no que toca à disciplina militar, ao general das Armas da Província*» (à época a da Estremadura). A organização militar e dupla dependência manteve-se em todas as Guardas que lhe sucederam até à GNR.

⁸Até à conclusão da implementação da GNR em todos os distritos, em 1919, existem inúmeras referências nas Ordens de Serviço do Comando-Geral da GNR (OS/GNR) à existência destacamentos e diligências temporárias de forças de Infantaria dos Batalhões da GNR de Lisboa e do Porto e de forças de Cavalaria dos Esquadrões desses mesmos Batalhões, às seguintes localidades: Aldeia Galega (Montijo - OS/GNR de 29-04-1912), Alter do Chão (OS/GNR de 18-11-1918), Beirilol (OS/GNR de 15-04-1920), Caldas da Rainha (OS/GNR de 31-01-1913 e 30-09-16), Coimbra (OS/GNR de 30-07-1914), Cuba (OS/GNR de 18-09-1915), Elvas (OS/GNR de 08-02-1919), Entroncamento (OS/GNR de 21-01-1918 e 15-03-1918), Guimarães (OS/GNR de 15-07-1915), Lavacolhos (Fundão - OS/GNR de 13-01-1919), Lisboa (reforço - OS/GNR de 06-02-1912 e 22-09-1917), Mafra (OS/GNR de 19-12-1914), Matosinhos (OS/GNR de 01-06-1911), Mealhada (OS/GNR de 07-11-1918), Moita (OS/GNR de 01-06-1911 e 17-12-1911), Monsanto (Forte/Lisboa - OS/GNR de 14-03-1919), Penamacor (OS/GNR de 13-01-1919), Póvoa de Lanhoso (OS/GNR de 09-04-1914), Quintans (Aveiro - OS/GNR de 31-10-1917), Runa (Asilo militar/Torres Vedras - OS/GNR de 06-11-1914), Torres Novas (OS/GNR de 06-12-1913 e 07-03-1914), Santarém (OS/GNR de 01-06-1911), Santiago do Cacém (OS/GNR de 28-08-1912), S. Pedro da Cova (OS/GNR de 31-10-1917), Seixal (OS/GNR de 05-07-1915), Setúbal (OS/GNR de 10-01-1920) e V. F. de Xira (OS/GNR de 11-11-1916). Para além destas diligências existiam os serviços de guarnição ao Forte de Monsanto e outros estabelecimentos prisionais, para Segurança e Honras de Estado a edifícios dos principais órgãos de soberania, minas, caminhos de ferro, destacamentos e diligências de polícia às Escolas de Repetição, às expedições às colónias, aos Quartéis-Generais do CEP e ao próprio CEP em França, para além de arrolamentos de cereais através de pedidos de comissões de abastecimentos dos concelhos, etc. É de salientar que a mais minuciosa aumentaria muito significativamente o número de destacamentos e diligências da GNR, particularmente através da Cavalaria das Unidades da GNR concentradas em Lisboa e no Porto, para reforço do dispositivo da GNR.

⁹A EUROGENDFOR foi criada em 2005 e integra, atualmente, as forças de polícia com estatuto militar de Portugal, França, Espanha, Itália, Holanda, Roménia e Polónia, mais a observadora da Turquia e a parceira da Lituânia.

Tomada de Posse do Inspetor da GNR



Por Despacho de S. Exa. o ministro da Administração Interna, de 9 de dezembro de 2019, foi nomeado para o cargo de inspetor da Guarda Nacional Republicana, o Exmo. tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia.

Para o efeito, a Guarda Nacional Republicana organizou em 13 de dezembro de 2019, pelas 10H30, uma cerimónia de tomada de posse na Sala General Afonso Botelho, no Quartel do Carmo, em Lisboa.

Na cerimónia presidida por S. Exa. o comandante-general, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, estiveram presentes os representantes de todos os

Comandos, Direções e Chefias, assim como alguns militares mais antigos das respetivas categorias profissionais, da Guarda Florestal, e civis da GNR.

Iniciada a cerimónia, foi lida uma síntese curricular do Exmo. tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, seguida do Despacho de nomeação para inspetor da GNR.

Após a assinatura do Termo de Posse, S. Exa. o comandante-general da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, proferiu um breve discurso, tendo a cerimónia terminado com as habituais felicitações.

Entrega de Viaturas à Guarda Nacional Republicana



No âmbito da continuação do programa de reequipamento de meios auto para as Forças de Segurança, levado a cabo pelo Governo em 2019, a Guarda Nacional Republicana foi provida de novas viaturas de tipologias diferentes, numa cerimónia presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que contou também com a presença de S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, entre outros ilustres convidados.

A apresentação pública e respetiva cerimónia de entrega de viaturas à Guarda realizou-se em 13 de dezembro de 2019, em frente ao Município do Cartaxo, tendo sido entregues no total 41 viaturas novas, destinadas ao aprovisionamento da componente Territorial, Investigação Criminal, Manutenção de

Ordem Pública, Transporte de Canídeos, Estafeta e Apoio Logístico.

A cerimónia decorreu nos trâmites protocolares habituais, iniciando-se com a chegada da alta entidade, recebida por S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, 2.º comandante-geral e outros representantes de comando, direção e chefia, seguido da apresentação das Forças em Parada.

No decurso do evento, S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana proferiu um breve discurso, procedido por uma alocução de S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que por fim efetuou a entrega simbólica das chaves das viaturas e executou a sua passagem pela exposição dos novos meios, terminando a cerimónia com a retirada das viaturas para as respetivas Unidades.



Certificação em Qualidade dos Postos Territoriais

Pelo coronel Luís Moreira Branco e tenente-coronel Eduardo Silva, ambos da IG



Em 13 de dezembro de 2019, realizaram-se as Cerimónias de apresentação pública da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) dos Postos Territoriais de Fátima e Azambuja, que contaram com a presença de S. Exa. o ministro da Administração Interna (MAI), Dr. Eduardo Cabrita, que presidiu à cerimónia, acompanhado pela ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Prof. Dr.ª Alexandra Leitão, e do Exmo. comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

No âmbito do acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, formalizado pelo Portugal 2020, consagrado dentro da atuação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) surge como responsável pela dinamização de projetos, tendo desenvolvido o Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020), com vista a

apoiar as operações que contribuam para a prossecução dos objetivos temáticos e prioridades de investimento relacionadas com a melhoria do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com o reforço da capacidade institucional das entidades públicas, das partes interessadas e da própria eficiência da administração pública.

Foi dentro deste enquadramento que a Guarda apresentou uma candidatura para o «Projeto de Certificação do Atendimento da GNR ao Cidadão» para o desenvolvimento de cinco atividades a serem concretizadas entre abril de 2018 e março de 2020.

Em termos da POLÍTICA da QUALIDADE, a GNR assumiu assim a adoção de uma estratégia da qualidade no seio institucional, comprometendo-se com a melhoria contínua do SGQ e dos seus processos no serviço prestado à Sociedade, garantindo o foco nos interesses e expectativas dos cidadãos e o cumprimento de todos os requisitos legais, regulamentares e da NP EN ISO

9001:2015, aplicáveis à sua atividade.

Nesta primeira fase, receberam assim a sua certificação de qualidade, de acordo com a referida norma, os Postos Territoriais de Fátima e de Azambuja, tendo esta Guarda definido como Âmbito do seu SGQ: «Postos Territoriais. Atendimento ao cidadão nas áreas de missão policial e de fiscalização».

Esta certificação foi justificada pelo MAI, tendo em conta a particularidade do Posto Territorial de Fátima se encontrar numa localidade designada de «Cidade-Santuário» e ser visitada anualmente por milhões de peregrinos e turistas.

Para a escolha do Posto Territorial de Azambuja foram tidos em consideração fatores diversos, nomeadamente os relacionados com a sua Zona de Ação caracterizada por um misto urbano/rural, o facto de se tratar de um dos principais eixos de circulação rodoviários, o que eleva o potencial na diversidade das partes interessadas para o SGQ.

Em janeiro 2020 arranca a segunda fase do projeto, através da contratação de serviços especiali-

zados de consultadoria, com vista à replicação da implementação deste modelo, o que consubstancia a Atividade 2, em mais 10 Postos Territoriais, num misto de realidades diferentes/semelhantes, concretamente os postos territoriais da Maia, Barcelos, Macedo de Cavaleiros, Oliveira de Azeméis, Cantanhede, Caldas da Rainha, Santo André, Elvas, Vendas Novas e Castelo Branco.

As restantes atividades, nomeadamente Comunicação e Avaliação, finalizarão o projeto. Não obstante, estão a ser encetadas diligências com vista a uma nova replicação da implementação do SGQ em outros locais de atendimento - Postos Territoriais e Destacamentos Territoriais -, com a particularidade de estes Destacamentos serem os de Tomar e Alenquer, subunidades a que pertencem os Postos Territoriais certificados, e, em simultâneo, os restantes Postos Territoriais destes Destacamentos, numa estratégia de certificação transversal e vertical, abordagem esta que se pretende para a implementação de um SGQ Total da Guarda concretizado até 2025.



Celebração de Natal no Comando-Geral

Como é tradição, no âmbito do almoço de Natal do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, celebrou-se a respetiva Missa alusiva à época festiva, na Basílica dos Mártires, em Lisboa.

A cerimónia religiosa foi presidida por S. Exa. Reverendíssima o bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, e concelebrada pelo capelão-chefe da Guarda Nacional Republicana, coronel Agostinho Freitas.

Após a Missa, solenizada pelo Coro da GNR e

presenciada pelo comandante-geral, vários oficiais generais, oficiais, sargentos, guardas e civis, decorreu o tradicional almoço de Natal no Quartel do Carmo, que contou também com a presença do ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, assim como com S. Exa. Reverendíssima o bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, no sentido de se comemorar a quadra natalícia e reforçar os laços da família militar.



Comando Territorial da Madeira



Comando Territorial da Madeira

Comandar «Além-Man» - Uma Visão *Out of the Box*

Pelo coronel Duarte Monteiro

Comandante do Comando Territorial da Madeira

*«Comandar muitos é o mesmo que comandar poucos.
Tudo é uma questão de organização».*
Sun Tzu

Por vezes, a teoria pode ser bem diferente da prática e também, não raras vezes, a prática, experienciada por determinados peritos e em determinados contextos, assume nuances bem diferenciadas da teoria por estes preconizada ou partilhada.

Sentindo-o na pele, por inerência das funções que atualmente desempenho, não seria intelectualmente honesto, se parafraseasse e defendesse o conhecimento de tão reconhecido guerreiro e estratega, sem refletir sobre outras hipóteses ou possibilidades.

Foi assim, com especial agrado, que respondi ao desafio da Revista da Guarda no sentido de obter artigos dos nossos militares que melhor pudessem representar a realidade e a dinâmica desta Unidade que, embora tenha celebrado no corrente ano, em 23 de junho, o seu 10.^o aniversário como Comando Territorial da Madeira, em 01 de dezembro, o 100.^o aniversário da chegada dos militares da Companhia «Mixta» n.^o 1 da GNR à Madeira e em 21 de setembro, o 134.^o aniversário da «saúdosa» Guarda Fiscal, na realidade, a sua existência está historicamente associada aos primeiros homens D'el-Rei, «braço armado» do Almo-xarife, que em 1477 iniciaram funções de cobrança de impostos e de policiamento na ilha da Madeira.

É um legado histórico que antecede as próprias origens da GNR, cujo artigo «A Companhia “Mixta” n.^o 1 da Guarda Nacional Republicana»¹, retrata as diferentes fases da sua criação (12OUT1910), entrada em atividade (03 de maio de 1911), reorganização (01 de julho de 1913), extensão às ilhas (10 de maio de 1919) e presença na Madeira (entre 01 de dezembro de 1919 e 31 de março de 1922). Do mesmo, emergem alguns factos relevantes, como sejam, o recurso ao recrutamento de oficiais e praças do exército ou da armada, a missão de «Policiamento do Funchal», além da competência fiscal e aduaneira, assim como, a dificuldade em encontrar instalações e infraestruturas ao longo da ilha, que pudessem ser utilizadas para a realização das competências de que estavam empossados e das quais eram o garante dos direitos do Estado Português. (Figura 1).

Desde então aos dias de hoje, mais de um século passado, muitas mudanças se verificaram, e por força da ação e da vontade humana, tanto as missões hoje desempenhadas nesta região insular pelos militares da GNR, como a origem e o recrutamento dos mesmos, quer as instalações da Guarda ou afetas ao nosso usufruto, são substancialmente diferentes. O que

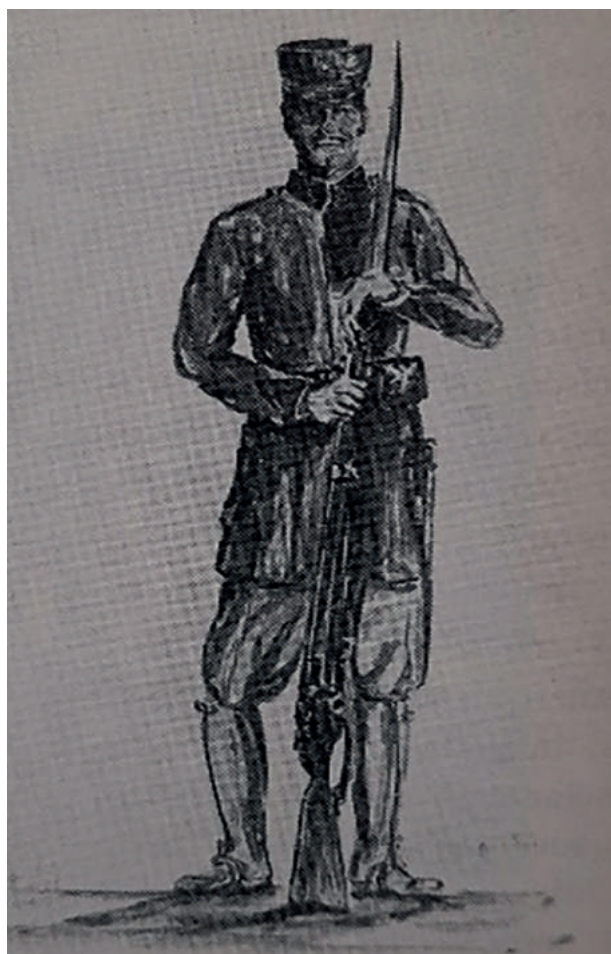


Figura 1 – Guarda do Corpo Fiscal – 1881
Revista da Guarda Fiscal n.º 18 – dezembro 1985

se mantém idêntico é o querer honrar as tradições, afirmar os valores institucionais que caracterizam a nossa matriz militar e, defender a pública e nobre causa de GUARDAR os cidadãos Madeirenses e Porto-santenses.

O envolvimento e intervenção direta dos militares da Guarda, em alguns dos momentos mais fatídicos ou trágicos da história da Madeira, entre os quais se destacam o maior aluvião registado na Madeira, decorrente de chuvas torrenciais, sucedido em 20 de fevereiro de 2010, que tirou a vida a 43 pessoas, deixando centenas de feridos e famílias desalojadas e originando milhões de euros de danos materiais (Fi-

gura 2), assim como os incêndios de 2010, 2012 e 2016, que consumiram milhares de hectares de mato e floresta, chegando a consumir 95% da área do Parque Ecológico do Funchal, estão bem presentes na memória do povo e das várias entidades oficiais madeirenses, não sendo pois de estranhar, o respeito e a admiração crescente pela GNR (Figura 3).

O artigo «A intervenção cinotécnica»² materializa um exemplo de como o Comando da Guarda soube reagir, adaptar-se às novas necessidades e implementar uma valência operacional de elevada importância. «O Subagrupamento Madeira do GIPS»³ é também um artigo que reflete e retrata esta capacidade reativa, mas também de muita pró-atividade, na antecipação de capacidades, nomeadamente de apoio à atividade operacional, no âmbito dos Incêndios Florestais (IF), Busca e Resgate em Montanha (BRM) e Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), atualmente possível através de 11 militares do GIPS, permanente colocados no CTer Madeira, desde 2018 (Figura 4).

Uma outra valência operacional de extrema importância para um Comando Territorial rodeado por mar, é relevada no artigo «A Vertente Marítima»⁴ (Figura 5). Trata-se da componente marítima, desde 2008 implementada na Região Autónoma da Madeira (RAM) através Secção Naval, e que constitui um dos pilares futuros da capacidade operacional deste CTer Madeira, tendo como uma das suas principais ferramentas os Postos de Observação Fixos (4) e Móveis (2), cujo primeiro POM já se encontra em funcionamento desde o início do corrente ano, prevendo-se que o pleno funcionamento de todas as capacidades se venha a verificar até final de 2020, colmatando assim algumas das lacunas atualmente verificadas e também relatadas pela «Avaliação Schengen», como é mencionado no artigo «O Contributo da GNR da Madeira na Segu-

²Redigido pelo alferes Fernando Rocha;

³Redigido pelo capitão João Loução;

⁴Redigido pelo major Pedro Barrete em coautoria com o cabo Orlando Nascimento;



Figura 2 – Estragos provocados pelo aluvião de 2010

Imagem acedida e retirada de <https://www.impala.pt/noticias/economia/recuperacao-da-madeira-apos-temporal-de-2010-custou-700-me/> em 26 de novembro de 2019 – 19:15



Figura 3 – Intervenção no combate aos incêndios de 2016 (Funchal)



Figura 4 – Militares do SAM/GIPS, intervenientes no MIUT 2018

rança do Espaço Schengen»⁵, em que também são identificadas as principais potencialidades e funcionalidades do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), bem como, da sua importância vital para a atividade operacional da Guarda, nomeadamente nos Portos e Marinas da RAM (Figura 6). Ainda no âmbito operacional, a importância da valência da proteção da natureza, enfatizada no artigo «O SEPNA e as Cagarras da Madeira»⁶ é um claro exemplo de como a Guarda na Madeira, através de todos os seus militares, desde o mais moderno dos guardas ao respetivo comandante territorial, se encontram preocupadas e envolvidas em identificar os constran-

gimentos e encontrar soluções que permitam dar uma imagem ainda mais coesa e uníssona com a estratégia do Comando da Guarda, agora orientada para um horizonte temporal 2020-2025, e que brevemente inclua aquilo que se espera venha a ser alcançado nos respetivos Comandos Territoriais, onde as diferentes realidades serão tidas em consideração, e onde certamente os Comandos Territoriais Insulares terão também um contributo de grande importância. No mesmo cumprimento de onda, entenda-se, na mesma linha de pensamento, o artigo «A GNR nas Levadas da Madeira»⁷, para além de valorizar os benefícios decorrentes dos passeios pela natureza, iden-

⁵Redigido pelo tenente-coronel Marco Nunes;

⁶Redigido pelo primeiro-sargento Jerry Calça;

⁷Redigido pelo sargento-chefe Abílio Cavaleiro;

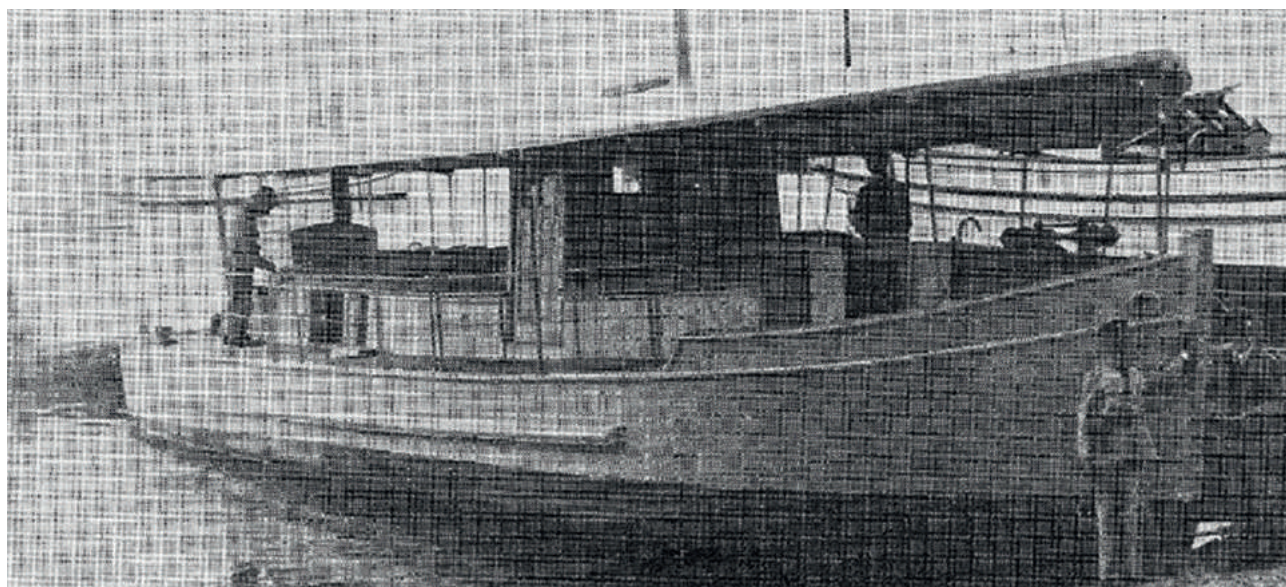


Figura 5 – Lancha aduaneira
Revista da Guarda Fiscal – Dezembro 1985



Figura 6 – Obras de preparação para Posto de Observação Fixo (SIVICC)



Figura 7 – «Caminhada pela Floresta»

tifica ainda outras potencialidades, especificamente Madeirenses (Figura 7).

Sendo certo que a realização de passeios temáticos, envolvendo responsáveis de outras entidades oficiais, sejam elas militares, judiciárias, académicas, religiosas, ou meras «forças vivas» da comunidade regional ou local, pode ser realizado em qualquer outra região do país, na verdade, fruto de uma maior disponibilidade, de um maior interesse, ou mesmo de uma menor oferta de alternativas mais atrativas, é com relativa frequência que atividades na natureza, envolvendo altos responsáveis/dirigentes, se sucedem regularmente nesta região arquipelágica. Para além de um melhor conhecimento pessoal, este relacionamento próximo é um dos principais facilitadores para o encontro de soluções comuns, aquando da ocorrência de algumas situações mais problemáticas.

Sabendo que grande parte dos citados objetivos tem reflexo ou contribui, direta ou indiretamente para a

atividade operacional desenvolvida ou visada, não é de estranhar que alguns dos artigos inclusos versem sobre aspetos mais operacionais. O artigo «As Reservas Naturais da Região Autónoma da Madeira»⁸, cujo enfoque recai na caracterização das principais reservas naturais, serve de mote para a construção de uma visão geoestratégica da Guarda (ao nível Regional), cada vez mais orientada para o mar e para a natureza, valorizando e protegendo não só as reservas naturais existentes, mas conferindo também segurança e controlo adicional aos espaços (marítimos e terrestres) que as circunda ou com elas confinam.

O autor do artigo «A Componente Tributária na RAM»⁹, contextualizando a Guarda numa perspetiva mais local, procurou evidenciar um dos seus pilares históricos e aquele que porventura é um dos maiores sorvedores dos recursos operacionais - a fiscalização Fiscal e Aduaneira. Sendo certo que o ADN desta Unidade se encontra marcadamente ligado à componen-

⁸ Redigido pelo sargento-ajudante José Teixeira;

⁹ Redigido pelo capitão Tiago Felizardo;

te tributária e aduaneira, não é menos verdade que as demais valências da Guarda existentes na RAM lhe conferem características ímpares, quer em terra, quer no mar. E não obstante a existência de outros intervenientes, em áreas da tutela do Governo Regional da Madeira, como sejam a Proteção Civil, o Ambiente, o Mar e Pescas, a Economia, etc., os contributos que o Comando Territorial da Madeira atualmente presta e que pode ainda vir a ser mais frequente e qualitativamente superior, quer ao Governo Regional, através das respetivas Secretarias Regionais, quer aos próprios Municípios e Freguesias, deixa-nos bastante otimistas no que diz respeito à afirmação das competências da Guarda na Região Autónoma da Madeira.

«As Redes Sociais em Complemento à Missão da GNR na RAM»¹⁰, trata-se de um artigo cuja oportunidade e relevância, só por si, justificaria uma reflexão mais profunda e detalhada, não somente porque a mudança de paradigma do comércio tradicional para o comércio digital, exige de nós «Guardas», competências, capacidades, recursos e muita disponibilidade, de forma que o *modus operandi* atualmente em crescimento exponencial, seja ainda mais e melhor acompanhado pela GNR, nomeadamente por aqueles a quem compete a fiscalização e controlo das práticas ilícitas sobre mercadorias e transações, nomeadamente aos OPC, com competência fiscal e aduaneira.

A fiscalização de terminais de cargas/descargas, de contentores, de veículos, de embarcações, enfim, de todos os meios e locais onde fisicamente pode ser consumado um ilícito (criminal ou contraordenacional), está cada vez mais afastada do ambiente onde ocorre a sua preparação, divulgação, fidelização e fluxo financeiro, isto é, cada vez mais próxima e alicerçada no ambiente digital, onde as redes sociais têm assumido um incomensurável protagonismo e um

terreno francamente facilitador para a «expansão do negócio». É também num contexto de «Unidade Territorial Ultramarina» que este, e outros «nichos» podem assumir particular importância, tanto no típico crime de contrafação, como no jogo digital, passando pelo comércio de substâncias proibidas, entre outros.

Embora o artigo denominado «A União Faz as Forças na Ilha do Porto Santo»¹¹, possa parecer uma ilusão continental, quando contextualizado na realidade Porto-santense, e até mesmo na Madeirense, podemos ingénua ou otimisticamente pensar que, se existe um lugar onde o *slogan* «A União Faz a Força» faz sentido, esse lugar é realmente a Região Autónoma da Madeira.

Pelas razões anteriormente invocadas, pela proximidade entre os diferentes intervenientes, nomeadamente os responsáveis máximos das autoridades políticas, judiciárias, militares, civis, académicas, religiosas, etc., e também pela disponibilidade que os mesmos podem dispensar ao trabalho pró-ativo em detrimento do produto meramente reativo, cada vez é maior a minha convicção que o «segredo» de um bom comando não reside exclusivamente na organização, como iniciei o presente artigo, mas sim na forma como conseguimos motivar as pessoas com quem trabalhamos, hierarquicamente superiores ou não, a assumirem as suas responsabilidades, contribuindo para o SERVIÇO PÚBLICO, que esteve na génese da criação da quase totalidade dos organismos e instituições que representamos.

«O verdadeiro método, quando se tem homens sob as nossas ordens, consiste em utilizar o avaro e o tolo, o sábio e o corajoso, e em dar a cada um a responsabilidade adequada».

Sun Tzu

¹⁰ Redigido pela alferes Francisca Albergaria;

¹¹ Redigido pelo primeiro-sargento Fernando Carvalhal;

A Companhia «Mixta» N.º 1 da Guarda Nacional Republicana

Pelo sargento-mor Ernesto da Silva Coelho

Pretende-se, com esta reflexão pessoal, estudar a primeira passagem da GNR pelo Arquipélago da Madeira, durante o início do Séc. XX. Também serão objeto de estudo, as competências legais da Guarda neste Arquipélago.

Através do Decreto de 12 de outubro de 1910, o Governo Provisório da República criou a Guarda Republicana, a fim de substituir as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto, fiéis ao regime da monarquia constitucional. O mesmo diploma nomeou uma comissão composta pelo general de Brigada do quadro da reserva: Ernesto da Encarnação Ribeiro; Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho, para estudar a organização de um corpo de segurança pública para todo o país, que seria denominada Guarda Nacional Republicana (GNR).

Este Corpo Especial de Tropas, à luz da Lei de 3 de maio de 1911, devia velar pela segurança, manutenção da ordem e da propriedade privada em todo o país, incluindo nas ilhas adjacentes.

Estávamos perante uma polícia rural, o que permitiu suprimir os corpos de polícia distritais, os quais se mostravam ineficazes na proteção das povoações rurais e dos seus bens. A GNR encontrava-se organizada em dois grandes grupos: «1.º Do Comando-Geral; 2.º Das tropas da Guarda.» Esta «força militar da República» esteve presente nas ilhas adjacentes, tendo o território sido dividido em Distritos, Secções e Postos, como no Continente.

A Lei n.º 1, de 1 de julho de 1913, procedeu a uma reorganização da GNR. Ficou estabelecido o recrutamento de oficiais do Exército e praças do Exército ou da Armada. Este diploma estrutura o Comando-Geral em Secções; estabelece normas para as promoções de militares; designa a organização das Unidades e

Subunidades da Guarda, incluindo nas ilhas adjacentes, estabelece regras sobre as relações da Guarda com as autoridades civis e judiciais; disposições disciplinares; capítulos destinados a reformas e vencimentos, entre outros imperativos legais.

No entanto, apenas após a publicação do Decreto n.º 5:787-4 S, em 10 de maio de 1919, são criadas as quatro Companhias «Mixtas» (Infantaria e Cavalaria) das ilhas adjacentes, numeradas de 1 a 4. Esta reorganização das «tropas da Guarda» incluía uma Companhia «Mixta» de telegrafistas; cinco grupos de Esquadrões de Cavalaria e um Batalhão de Metralhadoras Pesadas. Além disso, a GNR estava organizada organicamente com Unidades de Artilharia de Campanha, valências essenciais na participação da Guarda na I Guerra Mundial e na neutralização dos «movimentos revolucionários» promovidos pelas tropas de Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, leais a D. Manuel II. A Companhia «Mixta» N.º 1 da GNR esteve presente na ilha da Madeira entre 01 de dezembro de 1919 e 31 de março de 1922, com a missão de «Policiamento do Funchal». Esta força ficou aquartelada inicialmente no quartel de Bateria N.º 3 de Artilharia de Montanha (Fortaleza de São Tiago) e a partir de 1921, na Quinta Vigia.

As «tropas da Guarda» viajaram para o Funchal, na companhia dos seus familiares, no vapor *Quelimane*, onde encontraram dificuldades em arrendar habitações, conforme pode ser aferido pela publicação no *Diário de Notícias* de tal constrangimento. «O Sr. governador civil ordenou que residissem provisoriamente no Lazareto de Gonçalo Aires as famílias de cinco soldados da Guarda Republicana que procuram sua Ex.ª, declarando não lhes ser possível arranjar casa para esse fim, pela falta de moradias para alugar.»



A Guarda Nacional Republicana aquartelada na Quinta Vigia.*

Por outro lado, as entidades culturais regionais criticaram o Quartel da GNR, na Quinta Vigia, por entenderem que este imóvel seria bem aproveitado para a instalação de um Museu Regional. Segundo um artigo publicado no mesmo periódico, por Elmano Vieira: «[...] se houvesse uma réstia de bom senso, ainda era tempo de reunir energias - cá estou eu aqui, como um pregoeiro antigo, chamando os varões às armas [...]». «Hoje, serve de aquartelamento a uma Companhia da Guarda Republicana. Não duvidem, porque é uma pungentíssima verdade!!! Chega a ser um crime?» Sem prejuízo da missão policial, os militares da GNR,

bem como a Guarda Fiscal (GF) e o Corpo de Fiscalização dos Impostos, tinham competência para «evitar ou reprimir as transgressões e os delitos de contrabando e descaminho».

A Companhia e a Secção estavam sediadas no Funchal, tendo sido constituídos Postos da Guarda nas seguintes localidades: Santa Cruz, Machico, Santana e na Ribeira Brava.

Como podemos observar, a Guarda esteve presente na ilha da Madeira no início do Séc. XX, durante cerca de dois anos e quatro meses, com competência policial, além da fiscal e aduaneira.

*Tipo(s) de conteúdo e modo(s) de consulta: Imagem fixa: sem mediação.

Autor(es): Agência de Notícias Meurisse. Agência de fotos - Exibir registos relacionados com o autor Título(s): Funchal: Guarda Republicana Portuguesa [Imagem fixa]: [fotografia de imprensa] / *Agence Meurisse* Publicação: Paris: diff. pela *Agence Meurisse*, 1921. (T.do a.). Em <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb41580428m> e <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9054048r> (Acedida em 20 de setembro de 2019).

(Nota: Este trabalho teve a colaboração do tenente-coronel Marco Paulo Pereira Nunes.)

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Lei do Governo Provisório da República Portuguesa de 12 de outubro de 1910;

Lei de 3 de maio de 1911;

Lei n.º 1 de 1 de julho de 1913;

Decreto n.º 5:787 – 4 S de 10 de maio de 1919;

Diário de Notícias [Funchal] n.º 13.726 de 6 de dezembro de 1919, p. 1;

Idem n.º 13.723 de 3 de dezembro de 1919, p. 1;

Idem de 16 de abril de 1921, p. 1;

Ordens do Comando-Geral da GNR desde 1920 a 1929;

Sargento-ajudante Ernesto da Silva Coelho, GNR Participa nas Cerimónias Oficiais das Comemorações dos 500 Anos da Cidade do Funchal, Revista da GNR n.º 80, outubro-dezembro de 2008, pp. 71 – 73;

Marco Roberto Alpanse Póvoa, *Policiár Portugal: A Guarda Nacional Republicana 1911 – 1946*, dissertação de mestrado, ISCTE/IUL, 2013.

Outras consultas digitais

Tipo(s) de conteúdo e modo(s) de consulta: Imagem fixa: sem mediação.

Autor(es): Agência de Notícias Meurisse. Agência de fotos - Exibir registos relacionados com o autor

Título(s): Funchal: Guarda Republicana Portuguesa [Imagem fixa]: [fotografia de imprensa] / *Agence Meurisse* Publicação: Paris: diff. pela *Agence Meurisse*, 1921, em <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb41580428m> e <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9054048r> (Acedida em 20 de setembro de 2019);

Origem e Evolução Histórica da Unidade [RG 3], in <https://assets.exercito.pt/SiteAssets/RG3/Newsletter/links/hist%C3%B3ria/index.aspx> (consultado em 30/05/2019).

Entidades Colaborantes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ARBPM)

Biblioteca Municipal do Funchal

Divisão de História e Cultura da Guarda – Arquivo Histórico (Biblioteca da GNR)

As Reservas Naturais da Região Autónoma da Madeira

Pelo sargento-ajudante José Teixeira

Comandante do Posto Fiscal do Aeroporto

O Arquipélago da Madeira é constituído pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens. Este Arquipélago, localizado em pleno oceano Atlântico, a cerca de 850 km da costa portuguesa, possui um vasto património natural de grande beleza e importância científica, possuindo várias reservas naturais, marinhas e terrestres. De referir, com especial destaque, a «Floresta Laurissilva», que em 1999, foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Património da Humanidade.

O Comando Territorial da Madeira (CTM) da Guarda Nacional Republicana, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, possui competências específicas no âmbito das disposições legais e

regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como à prevenção e investigação de ilícitos cometidos em matéria ambiental.

Deste modo, de forma a garantir o cumprimento da missão específica em matéria ambiental, o CTM, através do dispositivo operacional, efetua diariamente ações de patrulhamento terrestre e marítimo nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, direcionadas para a vigilância e fiscalização das Reservas Marinhas e Terrestres existentes na ilha da Madeira, bem como da restante costa marítima, colaborando de forma ativa com os vários organismos regionais competentes em matéria ambiental, nomeadamente com o Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza, com

a Direção Regional de Pescas, e com os restantes organismos pertencentes à Secretaria Regional do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas da Região Autónoma da Madeira.

As reservas naturais existentes na ilha da Madeira, sobre as quais o Comando Territorial da Madeira/GNR possui competência de fiscalização e atuação, são as seguintes:

Reserva Natural Parcial do Garajau

A Reserva Natural Parcial do Garajau localiza-se na encosta sul da ilha da Madeira, a leste do Funchal, ocupando uma extensão de costa de aproximadamente seis milhas e abrangendo uma área de 376 hectares,

ficando compreendida entre a Ponta do Lazareto (Funchal) e a Ponta da Oliveira (Santa Cruz). Foi criada em 1986, através do Decreto Legislativo Regional n.º 23/86/M de 04 de outubro, com o intuito de proteger aquele património natural marinho, que é povoado por uma abundante fauna e flora marinha. (Figura 1).

Na Reserva Natural Parcial do Garajau está interdita qualquer atividade de pesca lúdica ou profissional, sendo que as únicas atividades permitidas, em toda a área da reserva, são o mergulho amador e as atividades náuticas com caráter desportivo não motorizadas, desde que previamente autorizadas. (Figura 2).



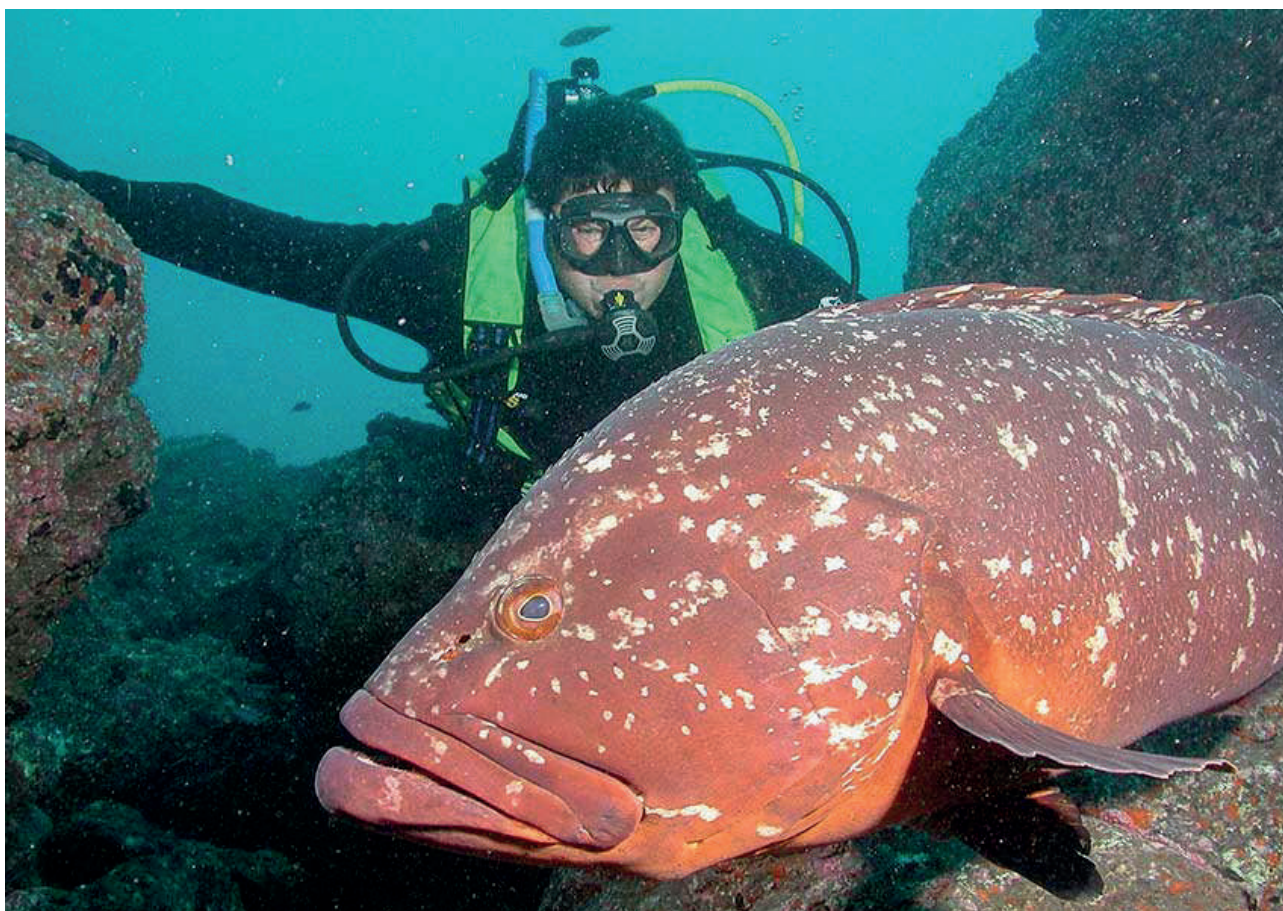


Figura 2 - Mero (*Epinephelus marginatus*), espécie emblemática da reserva

Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio

Situando-se na encosta norte da ilha da Madeira, no concelho de Santana, a Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio é uma reserva exclusivamente marinha, delimitada entre a Ponta do Clérigo e a Ponta de São Jorge, tendo sido criada em 1997, através do Decreto Legislativo Regional n.º 11/97/M de 30 de julho. (Figura 3).

Em toda a área da reserva são permitidas a pesca comercial e a pesca sem fins comerciais, designadamente a desportiva e à linha, o mergulho amador e as atividades náuticas com caráter desportivo não motorizadas, sendo que está interdito o uso de redes de emalhar e a caça submarina. (Figura 4).

Desde a criação da Reserva Natural Parcial do Garajau e da Reserva Natural do Sítio da Rocha

do Navio, como resultado das ações de vigilância e fiscalização realizadas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente do Comando Territorial da Madeira, foi efetuado ao longo dos últimos anos, um grande número de apreensões de pescado e de artes de pesca, resultante da atividade de pesca ilegal praticada naquelas reservas, contribuindo estas ações para a preservação das espécies da fauna e da flora marinha.

O Arquipélago da Madeira possui ainda outras reservas marinhas e terrestres, nomeadamente a Floresta Laurissilva - Parque Natural da Madeira, Parque Natural Marinho do Cabo Girão, Área Protegida da Ponta do Pargo, Redes Marinhas do Porto Santo, Reserva Natural das Ilhas Desertas, Reserva Natural das Ilhas Selvagens. No entanto, em virtude de as atividades proibidas nestas reservas serem menos



Figura 3



Figura 4

restritivas, devido à sua localização e/ou imperativos legais, a ação da Guarda Nacional Republicana nestas reservas é mais restrita e eficaz. (Figura 5).

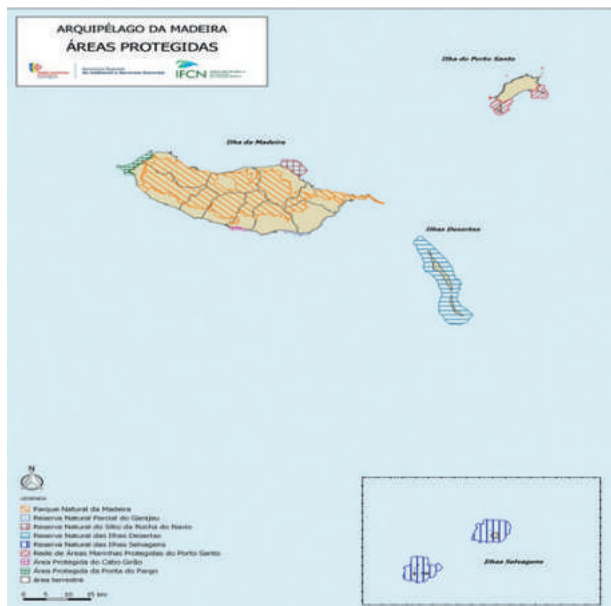


Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11

A União Faz as Forças na Ilha do Porto Santo

Pelo primeiro-sargento Fernando Carvalhal

Comandante do Posto Territorial do Porto Santo

Porto Santo, descoberto em 1418, por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, é, nos dias de hoje, um Município que ocupa toda a ilha.

Pertence à Região Autónoma da Madeira e tem sede na cidade de Vila Baleira.

Com uma área total de 42,48 km², é povoado por cerca de 5500 habitantes.

Apesar de se localizar tão perto da ilha da Madeira (cerca de 70 km), não poderia ser mais diferente desta. Geografia predominantemente plana, com solos arenosos e com poucos nutrientes, apresenta escassa vegetação, também devido à fraca pluviosidade anual. Ainda assim, os seus vinhos doces, de elevado grau, despertam o paladar daqueles que visitam a ilha, sendo este néctar bastante conhecido e apreciado em todo o mundo.

O ex-líbris do Porto Santo é a sua fantástica praia com cerca de 9 km de comprimento. De águas quentes, cristalinas, e areia macia, a ilha atrai milhares de pessoas por ano, principalmente no verão.

As suas areias de tonalidade amarelada, que batizam a ilha de «Ilha Dourada», são alegadamente detentoras de propriedades terapêuticas do foro cutâneo e músculo-esquelético.

Posto isto, Porto Santo torna-se um verdadeiro paraíso tropical nas águas do Atlântico a apenas 1h30 de Lisboa.

A Ilha Dourada ostenta numerosos hotéis e *resorts*, de elevada qualidade e elegância, e diversas atrações turísticas, tais como: vários campos de ténis, o campo de golfe (considerado dos mais bonitos do mundo), o Picadeiro Ana Ferreira (oferecendo maravilhosos passeios a cavalo), múltiplos passeios auto pela ilha e um grande leque de atividades náuticas.

É extremamente fácil chegar a esta ilha de sonho. Dispõe de um aeroporto (Aeroporto do Porto Santo) que oferece voos diários para o Funchal, com duração de apenas 15 minutos e ligações (predominantemente sazonais) com os aeroportos nacionais de Lisboa e Porto.

Aufere também do navio *Lobo Marinho*, pertencente à companhia armadora portuguesa Porto Santo Line, que apenas em 2h30 estabelece a ligação com o Funchal.

Quem visitar Porto Santo ficará certamente fascinado com a hospitalidade dos seus habitantes. Gente boa e muito unida, conhece muito bem a arte do bem-receber e de cooperar para o progresso e crescimento da ilha. O povo, com antepassados martirizados pela guerra, pelos saques e ataques constantes de piratas e corsários, foi desenvolvendo nos seus genes, o dom da união e da luta, em prol de um bem comum.

Atualmente, Porto Santo é candidato à Reserva da Biosfera da UNESCO. Todas as entidades e empresas estão empenhadas num desenvolvimento sustentável, numa economia verde e na melhoria da qualidade de vida dos porto-santenses.

Existe um interesse geral na redução dos riscos ambientais e na conservação do património natural e cultural.

No âmbito do programa *Smart Fossil Free Island*, Porto Santo é a primeira ilha inteligente da Europa. Este projeto tem o intuito de reforçar a independência energética e a descarbonização dos automóveis na ilha.

Por este facto, demonstrando mais uma vez que o progresso está na união, a Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM), em colaboração com o grupo Renault,



disponibilizou várias viaturas elétricas às diversas entidades do Porto Santo, em prol de soluções de mobilidade sustentável.

A GNR usufrui, neste momento, de uma carrinha elétrica Renault Kangoo Z.E. que se tem mostrado uma mais-valia para o efetivo, para a população e para o ambiente.

Várias são as situações em que se pode verificar que a união impera na ilha. Todas as entidades porto-santenses estão intimamente ligadas e empenhadas no trabalho em conjunto, de forma a que cada uma contribua com o que de melhor sabe, rumo ao progresso, segurança, tranquilidade e satisfação dos habitantes da ilha e daqueles que a visitam.

A GNR, tendo como principal missão a fiscalização da orla marítima e controlo costeiro, promove e incentiva para que, sempre que possível, existam operações conjuntas entre as forças vivas da ilha.

A excelente comunicação verificada entre as forças é um facilitador indispensável para a realização das várias ações em conjunto. Transparecendo, desta forma, uma maior visibilidade, segurança e confiança para a população.

Salientam-se as seguintes ações em conjunto:

-Com a Polícia de Segurança Pública (PSP) - força esta que detém a competência territorial em toda a ilha - através da fiscalização rodoviária. Com o objetivo

de prevenção da sinistralidade, deteção de infrações rodoviárias e fiscalização, no âmbito da nossa missão fiscal e aduaneira;

-Com a Alfândega e com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), sobretudo na marina do Porto Santo, através da fiscalização das embarcações e respetiva tripulação, bem como no aeroporto do Porto Santo, no controlo da chegada de passageiros e carga;

- Com a Câmara Municipal do Porto Santo, nas ações de limpeza da orla costeira e noutras solicitações promovidas por esta;

- Com o IFCN (Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza) na prevenção e fiscalização das reservas naturais existentes.

Estes são alguns dos muitos exemplos de cooperação e entreajuda na pequena ilha do Porto Santo. Pequena em tamanho, mas enorme em valores, espírito de equipa e motivação, para que seja um exemplo para todo o país e para o mundo.

A GNR em Porto Santo, sendo uma Força Humana, Próxima e de Confiança, defende o lema: «Juntos somos mais fortes»!

E, se a «União faz a Força» ... A GNR estará permanentemente a postos para se unir a quem quer fazer o bem, promover a segurança e bem-estar das pessoas.

Sempre... «Pela Lei e pela Grei».

A GNR nas Levadas da Madeira

Pelo sargento-chefe Abílio Cavaleiro
Chefe da Sala de Situação do CTer Madeira

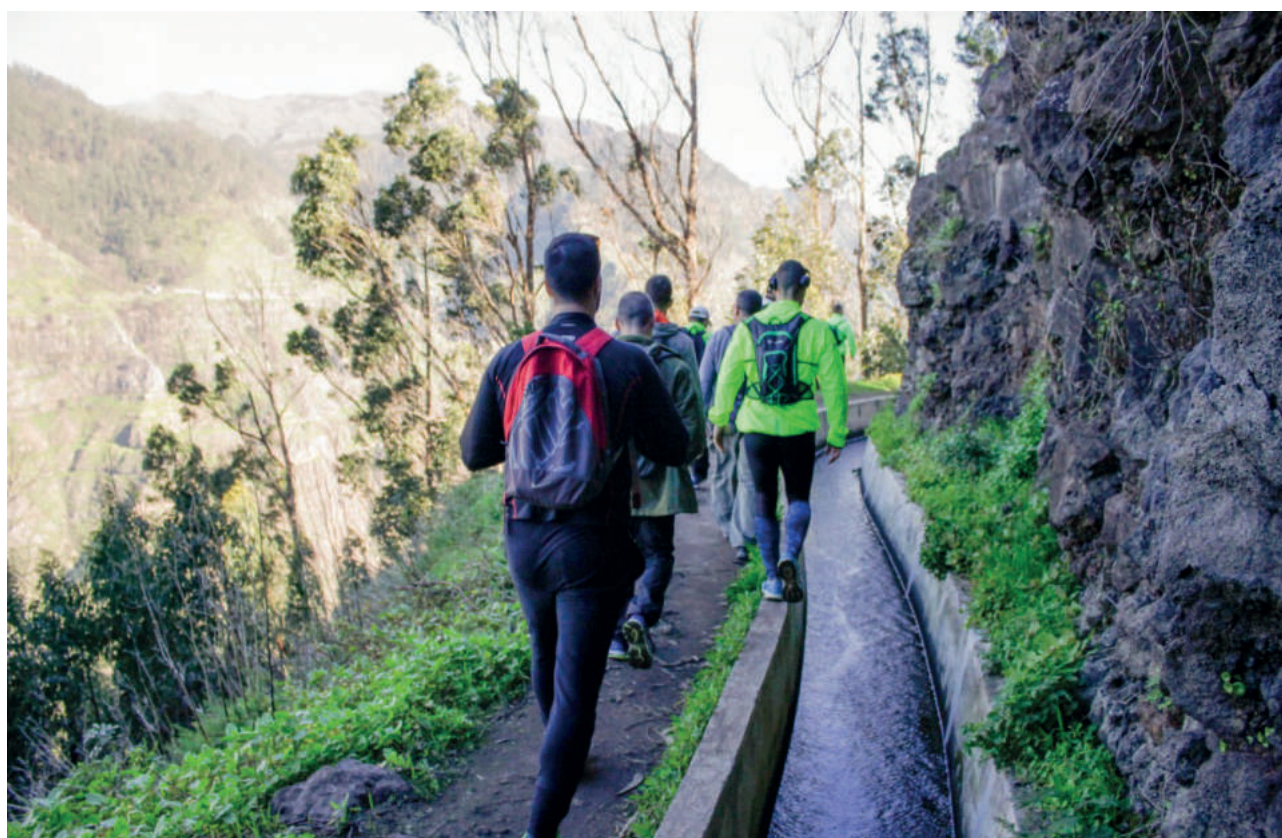


Figura 1

«Levadas» são canais de água com um declive suave, criados originalmente para transportar a água do Norte da ilha, onde se verifica um clima mais húmido e com mais precipitação, para o Sul, onde o clima é mais seco, com mais população e plantações. Hoje, as levadas servem também para aventuras e descobrir a magnífica natureza da ilha da Madeira, com paisagens e espécies de flora e fauna que são únicas no mundo. A origem das levadas remonta aos primórdios da colonização da ilha, no século XV, aquando da sua criação para o fornecimento de água para regadio das plantações de cana de açúcar, de modo que a produção de açúcar fosse mais abundante e de melhor qualidade, para fazer jus ao epíteto da época - «ouro branco». Além da importância para a produção

de cana de açúcar, as levadas também se revelaram muito importantes para a rega das plantações da vinha que, mais tarde, deram origem ao emblemático Vinho Madeira.

Atualmente, a rede de levadas conta com cerca de 1400 quilómetros de extensão, distribuídos um pouco por toda a ilha, desde o coração da floresta Laurissilva às encostas mais rochosas.

Caminhar pelas levadas é uma das principais atrações turísticas da ilha da Madeira, oferecendo uma experiência única e inesquecível, com vistas magníficas e em contacto direto com uma natureza extraordinariamente pura.

Sabendo que a atividade física tem benefícios para os militares e, consequentemente, para a instituição que

PELA LEI E PELA GREI

servem, diminuindo ou atenuando problemas físicos, psicológicos ou sociais, e aumentando a produtividade, nada melhor que proporcionar e fomentar a realização de caminhadas por estes itinerários magníficos.

Não é, pois, de estranhar que, tanto na sede do Comando Territorial da Madeira, como em quase todas as suas Subunidades, a realização de exercício físico em «levadas», não somente constitui uma prática regular, como uma necessidade social e recreativa.

Em plena harmonia com a natureza, os passeios pelas levadas permitem-nos contactar com uma grande variedade de espécies endémicas de flora e fauna, cascatas, lagoas, lugares únicos de cortar a respiração, perfeitos para relaxar e absorver a boa energia da natureza, constituindo assim

uma atividade revigorante, excitante e altamente compensadora. (Figura 1).

Para além dos benefícios já enumerados, também há o contacto com os turistas que são os principais «amantes» destes percursos, transmitindo-lhes informações e por vezes conselhos, que nos permitem passar um sentimento de segurança e simultaneamente uma boa imagem da nossa Instituição.

De referir ainda que, durante a realização destes percursos, também se proporcionam momentos únicos de convívio e relacionamento interpessoal com outras entidades locais ou regionais, que permitem o estabelecimento ou fortalecimento de laços de amizade, melhorando simultaneamente o relacionamento Institucional. (Figura 2).



A Vertente Marítima

Pelo major Pedro Barrete Chefe da SOITRP

e cabo Orlando Nascimento, chefe da Secção Naval, em suplência

Em 19 de fevereiro de 2008, foram transferidos para o Comando do Grupo Fiscal da Madeira, 3 cabos e 11 guardas, os quais passaram a constituir as tripulações da Lancha de Fiscalização de Águas Interiores (LFA) *Falcão da Madeira*, do Sudestacamento Marítimo do Funchal, tendo ficado sediados nas instalações do Posto de Fronteira Marítima da Marina do Funchal. A cerimónia de batismo desta embarcação foi presidida por S. Exa. o representante da República na Região Autónoma da Madeira (RAM), juiz conselheiro Antero Monteiro Dinis, contando com a presença do comandante-geral da GNR à data, tenente-general Mourato Nunes.

Mais tarde, em 1 de janeiro de 2009, com a extinção da Brigada Fiscal e consequentemente do Grupo Fiscal da Madeira, é constituída uma Secção Naval na dependência do Comando Territorial da Madeira da GNR, com a missão de prosseguir as atribuições da Guarda no âmbito da vigilância da costa e do mar territorial, com dependência funcional da Unidade Controlo Costeiro.

Presentemente, a Secção Naval conta com um efetivo de 21 militares e tem ao seu dispor dois meios navais: A LFA *Falcão da Madeira*, embarcação cabinada, do tipo semirrígido, com um comprimento de 12,37 m de fora a fora e uma motorização interior de 860 CV (Figura 1), e uma Embarcação de Alta Velocidade (EAV) *Culatra*, embarcação semirrígida, com comprimento 9,80 m de fora a fora, propulsão por dois motores fora de borda, de 250 CV cada (Figura 2).

Nas diversas missões atribuídas a esta secção, destacam-se:

►O patrulhamento marítimo de toda a costa do Ar-

quipélago da Madeira;

►A fiscalização das atividades de pesca (Figura 3);

►O controlo do Porto de Pesca do Funchal, onde são fiscalizadas as embarcações durante as descargas de pescado em Lota e a conferência de abastecimentos de combustível com isenção de ISP, em embarcações de pesca profissional e marítimo turísticas;

►Controlo da movimentação de embarcações de recreio;

►Monitorização e fiscalização de todas embarcações, tripulantes e mercadorias que entrem na RAM, através da fronteira marítima, na Marina do Funchal;

►Patrulhamentos auto, apeados e ações de fiscalização em mercados de peixe, peixarias e estabelecimentos de restauração e comerciais.

Para além das ações conjuntas com as diversas valências do Comando Territorial, são ainda efetuadas ações de fiscalização com entidades externas, nomeadamente com a Direção Regional das Pescas, a Alfândega do Funchal, a Autoridade Regional das Atividades Económicas e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O Comando Territorial da Madeira, através da Secção Naval, integra, também, o dispositivo de *Search and Rescue* (SAR) disponível, para incidentes que ocorram no espaço marítimo da *Search and Rescue Region* (SRR) de Lisboa, sob responsabilidade do Subcentro de Busca e Salvamento Marítimo do Funchal (MRSC Funchal), bem como a assistência a embarcações, aeronaves e pessoas na faixa litoral e no Domínio Público Marítimo (DPM), que não se enquadrem no contexto de catástrofe, em articulação com a tutela regional da proteção civil, tendo já participado em diversos exercícios LIVEX, de Busca e Salvamento

PELA LEI E PELA GREI

Marítimo que permitiram capacitar a região de responder ao resgate marítimo em elevada escala.

A Secção Naval, dadas as variadas atribuições que detém, é uma subunidade operacional de excecional importância no cumprimento da missão de vigilância

da costa e do mar territorial, assumindo-se, ainda, como uma valência de elevado valor no apoio à proteção dos recursos marítimos e das áreas e espécies protegidas, neste arquipélago europeu da Macaronésia.





Figura 2 - EAV *Culatra*



Figura 3 – Fiscalização a uma embarcação de pesca

A Componente Tributária na RAM

Pelo capitão Tiago Felizardo

Comandante do Destacamento Territorial do Funchal

«Nas Regiões Autónomas do Açores e da Madeira [...] sem prejuízo de outras missões que lhes sejam especialmente cometidas, prosseguem, na respetiva área de responsabilidade, as atribuições da Guarda no âmbito da vigilância da costa e do mar territorial e da prevenção de infrações tributárias» (n.º 2 do Art.º 37 da Lei Orgânica da Guarda).

A fiscalização Fiscal e Aduaneira cometida ao Comando Territorial da Madeira, que através das suas Subunidades, desempenha com rigor e distinção, é a atividade de maior empenhamento do Destacamento Territorial do Funchal.

Este Destacamento de designação «Territorial», mas de missão essencialmente Fiscal e Aduaneira, torna-se um organismo de relevo na fiscalização e no controlo documental das mercadorias que circulam na Região, e na cooperação com as entidades regionais com quem assiduamente colabora, nomeadamente com a Alfândega e com a Autoridade Regional das Atividades Económicas.

O controlo da proveniência e do destino das mercadorias, bem como, do seu circuito até ao consumidor final, revela-se um fator de destaque naquilo que é a garantia de qualidade dos produtos e além disso, do combate à fraude e evasão fiscal, tornando-se importante, no garante de um Estado de direito.

A entrada de mercadoria na ilha da Madeira é feita por duas vias. A marítima, através do Porto comercial do Caniçal e do Porto do Funchal. A segunda, por via aérea, através do Aeroporto da Madeira.

Os dados da entidade gestora dos portos, a APRAM – Autoridade Portuária da Região Autónoma da Madeira, revelam um aumento do fluxo de contentores no ano

de 2018. Estes dados, em segunda instância, revelam a necessidade de um maior empenhamento de meios humanos e de tempo, no controlo da chegada à Região das mercadorias de diversas proveniências e com fins díspares.

Este controlo é feito pelos Postos Territoriais e Fiscais, através de uma concertação de esforços e de um entendimento eficaz entre os diversos comandantes, de forma que a ação seja profícua e se evitem solicitações constantes à entidade gestora.

A mercadoria que chega ao porto comercial segue depois por via rodoviária para os transitários, que posteriormente a disponibiliza aos destinatários. É nesta fase que a fiscalização prossegue. Nas instalações do transitário, é retirado o selo do contentor e este é aberto para fiscalização e conferência dos documentos que acompanham a mercadoria.

Para além desta, a mercadoria que chega pela via aérea é controlada no terminal de carga do Aeroporto, onde, em permanência, está um militar colocado. Por esta via chegam essencialmente os jornais, revistas e correio, mas também os produtos frescos para venda e encomendas de carácter mais urgente. (Figura 1).

A tarefa de fiscalização não termina nestes dois pontos de entrada na região. Para além destas tarefas, são desenvolvidas outras atividades de fiscalização e controlo, destacando-se:

►As operações de fiscalização em estrada, que decorrem diariamente em horas e locais determinados; (Figura 2).

►A ação na ilha do Porto Santo, através do Posto Territorial do Porto Santo, permite o controlo da mercadoria que chega através do navio *Lobo Marinho*, um *ferryboat* madeirense de transporte de

carga e passageiros;

►Anualmente e nos meses de verão, o *ferry* de uma empresa de navegação espanhola «Naviera ARMAS» faz o transporte de carga e passageiros entre as ilhas Canárias, o Funchal e Portimão, e vice-versa, o qual merece a atenção devida naquilo que é a competência da Guarda nesta Região. (Figura 3).

Por último, são desenvolvidas diversas ações em colaboração com as entidades regionais, no sentido do controlo enunciado de mercadorias e documentos que a devem acompanhar, bem como no controlo de passageiros que entram por via aérea, no Aeroporto da Madeira, em cooperação com a Alfândega e o controlo e auxílio de passageiros que chegam pela via marítima, nos cruzeiros que atracam no Porto do Funchal.

A missão tributária na ilha da Madeira é uma missão

de relevo e assumidamente traz benefícios ao funcionamento das finanças regionais, permitindo que os impostos devidos pelas transações sejam declarados e alimentem o bom funcionamento das instituições. A função da Guarda, neste domínio, não se esgota no âmbito repressivo e atua também no domínio da consciencialização, sensibilização e no esclarecimento de procedimentos, nomeadamente nas ações de fiscalização em estrada. (Figura 4).

A insularidade determina que a sociedade e as políticas se adaptem às necessidades do momento. Desta forma, também no que toca à informação, sensibilização e fiscalização, o Comando Territorial da Madeira tem-se adaptado, pautando sempre pelo profissionalismo, saber técnico e pela boa relação com a população da ilha da Madeira e do Porto Santo, tornando maior e relevando o nome da Guarda Nacional Republicana.



Figura 1



Figura 2

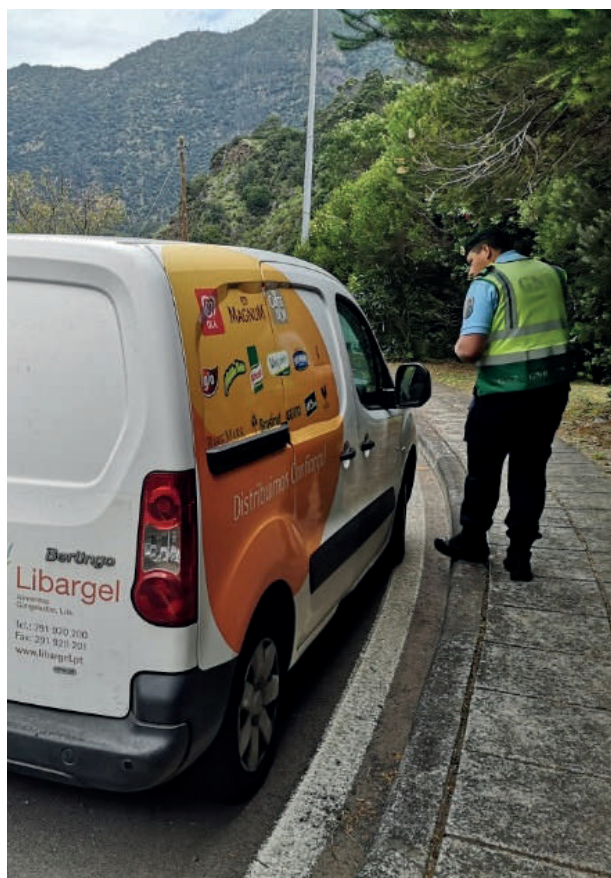


Figura 3



Figura 4

A Intervenção Cinotécnica

Pelo alferes Fernando Rocha

Adjunto do comandante de Destacamento do Funchal

Em 31 de dezembro de 1956, a GNR, tal como muitas outras congéneres europeias, decide tirar proveito da capacidade dos canídeos para a atividade operacional. Nesta data, o Comando-Geral decide enviar um sargento e quatro guardas para a *Escuela de Adiestramiento de Perros de la Guardia Civil*, sendo assim o primeiro organismo em Portugal a deter esta vertente.

Em 1971, através do Decreto-Lei n.º 510/1971 de 22 de novembro, é criado o Centro de Instrução da Guarda (CIGNR), tendo, entre outras missões, a formação cinotécnica.

Na Região Autónoma da Madeira, em 1 de abril de 1992, é atribuído, à então Companhia Independente N.º 1, um canídeo, mais concretamente um labrador retriever, que ficou atribuído ao então soldado Ramiro Alves. Este mesmo binómio, em 2 de setembro desse mesmo ano, frequentou o 4.º Curso Cinotécnico da Guarda Fiscal.

Em 1993, com a integração dos binómios de deteção de droga da Guarda Fiscal e constituição de uma subunidade de escalão Companhia, o então soldado Martinho Alves e um labrador retriever, prestam frequência num outro curso cinotécnico, com destino, mais uma vez, à Companhia Independente N.º 1. Este binómio estava treinado para a deteção de estupefacientes, missão que a Guarda Fiscal tinha competência legal para executar nas zonas de fronteira, e revelara um papel fulcral no controlo deste tipo de substâncias. Neste mesmo ano, a Guarda Fiscal é extinta e o até então designado Centro de Instrução da GNR, passa a chamar-se Escola Prática da Guarda.

Com a integração da Guarda Fiscal na GNR, surge a Brigada Fiscal e com isto, a integração dos binómios

de deteção de droga da extinta Guarda Fiscal, o que levou à responsabilização técnica de coordenação, por parte da GNR, de todas as secções cinotécnicas distribuídas pelo território nacional.

Em outubro de 1997, 67 jovens de vários pontos da Madeira, participavam no concurso público de admissão a guardas-florestais. O objetivo destes concorrentes era percorrer oito quilómetros entre a Fajã da Nogueira e o Pico do Areeiro, no mínimo tempo possível. Acontece que, devido às condições climáticas extremamente adversas, a prova terminara com um desfecho imprevisível e trágico – 21 feridos e 3 três mortos. Esta situação fez espoletar a intenção de colocar na região, binómios de busca e salvamento, de modo a dar resposta a incidentes desta natureza, caso estes acontecessem no futuro. (Figura 1).

Deste modo, em 1988 é formado o primeiro binómio de busca e salvamento com destino à região, sendo que esta vertente cinotécnica viria a ser reforçada mais tarde, em 2002, dadas as dificuldades existentes, por só existir um binómio desta natureza.

Nos dias de hoje, a secção cinotécnica da GNR na Madeira está projetada à luz da regulamentação da Lei Orgânica da GNR (LOGNR) em 2007, que permitiu criar uma estrutura cinotécnica robusta, para dar resposta às necessidades operacionais, centrada na Unidade de Intervenção, mais concretamente no Grupo de Intervenção Cinotécnico, com células operacionais distribuídas por todo o território nacional. A secção cinotécnica da Madeira, localizada em instalações contíguas ao Posto Fiscal do Aeroporto da Madeira, é uma das 36 localidades em que a Guarda disponibiliza meios cinotécnicos para o cumprimento da sua missão.



Figura 1

Atualmente, a secção é constituída por 6 militares - um sargento, dois cabos e três guardas, sendo que cada militar tem o seu canídeo atribuído. Neste momento, estão quatro binómios especializados em deteção de estupefacientes e dois binómios especializados em busca e salvamento (odor humano). (Figura 2). No âmbito da atividade operacional diária, a secção utiliza os seus binómios de deteção estupefacientes para procederem à possível deteção de droga no terminal de carga do aeroporto da Madeira (Figura 3),

no armazém dos CTT (Figura 4), bem como apoiam toda a atividade operacional do restante Comando e auxiliam outras entidades, quando solicitados pelas mesmas.

Relativamente aos binómios desta natureza, estes têm desenvolvido uma atividade com um balanço positivo ao longo dos anos e com elevada relevância para o combate ao tráfico de droga na região, tendo, por exemplo, detetado em 2009, uma mala com mais de 20kg de cocaína no aeroporto da Madeira, em 2016



Figura 2



Figura 3

localizado um contentor com 35 kg de haxixe, bem como realizado ações com outras entidades, nomeadamente como a Polícia Judiciária, em ações preventivas e buscas domiciliárias. Participam em exercícios com outras valências do Comando Territorial, como a secção naval, (Figura 5), no âmbito da realização da deteção de estupefacientes nas embarcações que se encontram em alto-mar e no treino dos canídeos para a execução desse tipo de serviço, da melhor forma possível, para quando forem solicitados, darem uma

resposta eficaz e eficiente.

Os binómios de deteção de odor humano, executam, com elevada frequência, exercícios em conjunto com os militares do Subagrupamento Madeira (SAM) do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), que estão presentes na ilha da Madeira, no âmbito da busca e resgate, e têm um papel ativo neste mesmo âmbito na região, com um vínculo histórico notável.

Na catástrofe sentida na região em 20 de fevereiro



Figura 4

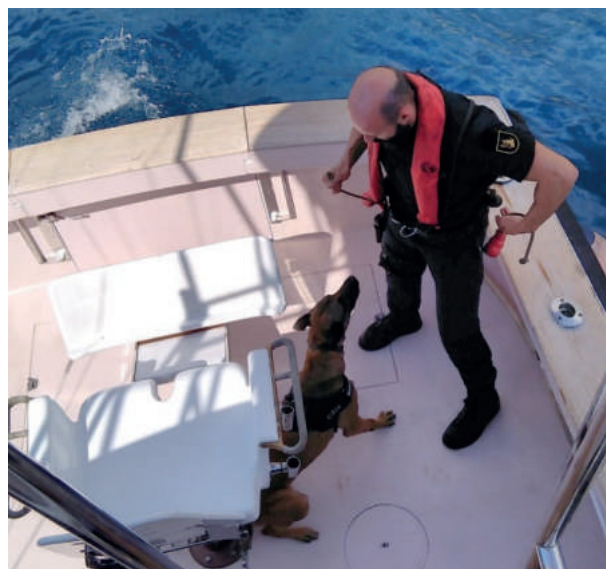


Figura 5

PELA LEI E PELA GREI

de 2010, foram um dos principais agentes a participarem nas missões de deteção e resgate das vítimas, e em tantas outras situações, que conseguiram localizar indivíduos desaparecidos ainda com vida, como foi o caso da localização de uma criança na Calheta, em janeiro de 2014, e a localização de um idoso desaparecido no Santo da Serra, em agosto de 2018. (Figura 6)



Figura 6



Figura 7



Figura 8

A secção tem uma presença assídua na comunidade escolar da região, desenvolvendo constantemente demonstrações e sensibilizações para as crianças, de modo a divulgar complementarmente a imagem da Guarda e as suas valências, junto dos mais novos, bem como, demonstrar de que modo os canídeos podem coadjuvar os militares em missões das mais variadas naturezas. (Figuras 7 a 10).



Figura 9



Figura 10

O Subagrupamento Madeira (SAM) do GIPS

Pelo capitão João Loução

Chefe da Secção de Investigação Criminal e da Secção de Recursos Logísticos e Financeiros do CTM

A elevada oferta de atividades ao ar livre, desenvolvidas no ambiente montanhoso e sinuoso, característico da ilha da Madeira, em particular a oferta de percursos pedestres singulares na Região, levaram o Exmo. general comandante-geral da Guarda Nacional Republica (GNR) a autorizar, no mês de janeiro de 2015, o apoio do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção (UI), ao Comando Territorial da Madeira, resultando no aumento da capacidade de intervenção, proteção e socorro da Guarda nesta Região Autónoma. Desta forma, pretendeu-se potenciar o prestígio institucional, refletindo-se diretamente na melhoria da segurança dos turistas e de todos aqueles que usufruem das características únicas desta Região Insular. (Figura 1) Em janeiro de 2018, fruto do serviço de excelência prestado pelos militares do GIPS até então, foi assinado entre o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira (RAM) e o Exmo. comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, um protocolo de cooperação no âmbito das missões de proteção e socorro, de acordo com as matérias de interesse específico da Região, em prol da sua população e de quem a visita. Este protocolo vem confirmar a decisiva e reconhecida participação dos militares do GIPS nas mais diversas ações de busca e resgate em montanha e em *canyoning* (Figura 1), bem como, nos trágicos incêndios que assolaram a ilha da Madeira no verão de 2016 (Figura 2). É desta forma, consolidada e intensificada a ação da GNR e do GIPS na RAM.

Atendendo à assinatura do protocolo referido, através do Despacho n.º 46/18-OG de março de 2018, do Exmo. comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e por sua determinação, foi criada uma Força do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro,



Figura 1 - Exercício em *canyoning*

permanentemente destacada e sedeadada na Região Autónoma da Madeira, designada por Subagrupamento Madeira (SAM). Esta força, pertencente ao GIPS e na dependência funcional da Unidade de Intervenção, é colocada sob o comando do Comando Territorial da Madeira, constituindo-se assim como uma força de apoio à atividade operacional específica, no âmbito dos Incêndios Florestais (IF), Busca e Resgate em Montanha (BRM) e Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) (Figura 3).

Foi desta forma tornada permanente a presença desta força na RAM, terminando a diligência que se vinha mantendo desde janeiro de 2015 e reforçando definitivamente a posição do GIPS e da Guarda, nesta Região arquipelágica.

Desde então, o SAM tem participado em inúmeras



Figura 2 - GIPS nos incêndios na ilha da Madeira em 2016

ações de reconhecimento, patrulhamento e fiscalização, realizadas em diferentes ambientes, contextos e solicitações, que incluem intervenções em teleféricos (Figura 4), ascensores (Figura 5), levadas ou veredas (Figura 6) e torres eólicas (Figura 7).

O SAM, atualmente aquartelado no Posto Fiscal da Zona Franca da Madeira, na freguesia do Caniçal, é composto por 11 militares, 1 (um) sargento e 10 (dez) guardas, profissionais com experiência adquirida nas mais diversas subunidades e especialidades do GIPS, espalhadas pelo território Nacional. Todo

o seu efetivo está devidamente habilitado com o Curso de 1.^a Intervenção, Proteção e Socorro (CPIPS), dos quais cinco possuem também o Curso 1.^a Intervenção de Busca e Resgate (CPIBR) e um, a formação em Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC).

No que diz respeito à sua capacidade em meios auto, o SAM possui duas viaturas ligeiras, minimamente preparadas e equipadas para a sua missão no âmbito da busca e resgate, bem como, para a colaboração na 1.^a intervenção em incêndios florestais.



Figura 3 - Patrulhamento em vereda



Figura 4 – Treino de capacidades em teleférico (Funchal)



Figura 5 – Treino em ascensor



Figura 6 – Intervenção em vereda



Figura 7 – Intervenção em torres eólicas

BIBLIOGRAFIA E FONTE

Protocolo de Cooperação entre o Governo Regional da Madeira e a Guarda Nacional Republicana;

Despacho n.º 46/18-OG;

Informação n.º 271/14-DEO, de 15DEC14.

O SEPNA e as Cagarras da Madeira

Pelo primeiro-sargento Jerry Calaça
Adjunto do Núcleo de Proteção do Ambiente

O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) foi criado por despacho do Exmo. GCG, de 15JANO1, tendo iniciado a sua atividade em JANO2. Durante este espaço de tempo, a Guarda dedicou-se à formação dos militares que viriam a integrar este serviço, bem como à criação de condições que viessem a permitir a sua implementação.

O SEPNA tem como missão geral, zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como

investigar e reprimir os respetivos ilícitos.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o SEPNA foi introduzido em março de 2005. Desde então, tem colaborado com organismos regionais no âmbito da aplicação de medidas com vista à defesa da natureza, meio ambiente e das florestas, no controlo e fiscalização, entre outros, das áreas protegidas e da biodiversidade existente na ilha da Madeira, nomeadamente a sua flora e da fauna em particular, colaborando ativamente com o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), na preservação da ave marinha denominada de cagarra (*calonectris diomedea*). (Figura 1).



Figura 1

A cagarra, cagarro ou também conhecida por pardela-de-bico-amarelo, é uma ave marinha identificada, sobretudo, pelo seu chamamento peculiar e estridente, apenas possível de escutar nos Arquipélagos dos Açores, da Madeira e nas Berlengas. No entanto, também é possível ver esta ave de passagem ao longo da costa continental.

e uma envergadura de 112 a 126 cm, com cor cinza-acastanhado na face dorsal, e branco ou ligeiramente acinzentado, na face ventral, e as asas brancas, bordeadas a castanho, nas partes inferiores. O bico é robusto e adunco, com a parte superior amarelada. Devido à sua diversidade de ilhas, Portugal acolhe a maioria das populações desta espécie. Além de ser o maior procellariidae do Atlântico, é a única ave que pode

ser observada a voar alto, podendo elevar-se planando em correntes térmicas. Distingue-se facilmente das restantes aves marinhas pelo tipo de voo muito característico, pois voam normalmente produzindo um arco entre as pontas das asas, diferenciando-se das restantes aves procellariiformes, que voam com as pontas das asas alinhadas. Para além da posição das asas, o perfil de voo é característico, com longos períodos de planagem, rasando as cristas das ondas, sempre com as asas inclinadas e levemente anguladas para trás. As batidas são lentas, com as asas visivelmente flexíveis. Voa geralmente contra o vento, alternando subidas até alguns metros acima das ondas, com períodos de voo rasante. Quando em descanso, formam grandes grupos, com as aves em constante movimento, mas predominando as aves com a cabeça voltada para o lado de onde sopra o vento.

A espécie alimenta-se de pequenos peixes e cefalópodes pelágicos, (e.g. sardinha, carapau, cavala, peixe-agulha), podendo ocasionalmente agir como necrófago, aproveitando restos de grandes peixes, cetáceos ou de outros animais que se encontrem a flutuar. No mar tem comportamento gregário, formando grandes grupos conhecidos por «jangadas» pois descansam flutuando em manchas densas. Caça em grupo, podendo mergulhar profundamente em busca de presas, atingindo mais de 15 metros de profundidade. Apesar da espécie ser silenciosa no mar, ao anoitecer, as colónias de reprodução são ruidosas, com os indivíduos adultos a emitir chamadas estridentes, diferenciadas consoante o sexo, muito características.

A ave apenas vai a terra para se reproduzir, permanecendo em geral em alto-mar. Monogâmica, nidifica em falésias costeiras e em ilhéus, escavando tocas grosseiras, nas quais deposita um único ovo de cor branca. A cria é alimentada por ambos os

progenitores que para tal regurgitam uma pasta proteica diretamente no bico da cria. As crias emergem dos ninhos no outono, partindo de imediato para o mar, onde permanecem de 7 a 10 anos, até atingirem a maturidade sexual e regressarem ao local de origem para nidificar.

Estas aves podem viver cerca de 50 anos. O decréscimo do número de cagaras e de outras aves marinhas demonstra bem a grave situação que a espécie atravessa.

As ameaças atuais a esta espécie resultam principalmente da introdução de predadores nas áreas de reprodução, da perda de *habitat* derivada da expansão urbana, da poluição luminosa, que leva à desorientação de juvenis e da captura accidental em artes de pesca. Apesar da proteção legal e da redução significativa na captura ilegal de crias nos últimos anos, poderão ainda ocorrer alguns eventos pontuais de captura ilegal.

Neste seguimento, ao abrigo de leis internacionais, (Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho de 2 de abril (diretiva aves), alterada pelas Diretivas n.ºs 91/244/CEE, da Comissão de 6 de março, 94/24/CE, do Conselho de 8 de junho e, 97/49/CE, da Comissão de 29 de junho, bem como a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio (diretiva *habitat*), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Diretiva n.º 97/62/CE, do Conselho de 27 de outubro, transposto para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual) é estritamente proibido a caça, captura ou destruição do *habitat* das cagaras.

O seu estatuto é cada vez mais preocupante, prevendo-se que possa entrar em estatuto de perigo, a médio prazo, se subsistir a atual tendência populacional.

Esta espécie consta como vulnerável (Figura 2), sendo considerada como estando a sofrer um risco elevado de extinção na natureza, pela União Internacional para



Figura 2

a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), razão pela qual todos nós temos de preocupar-nos e evitar seriamente que o número de cagaras continue a diminuir. (Figura 3)



Figura 3

O Comando Territorial da Madeira da Guarda Nacional Republicana, em parceria com o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, no âmbito do projeto Rede SOS Vida Selvagem (Figura 4), através

REDE SOS VIDA SELVAGEM
QUE FAZER QUANDO ENCONTRAR
UM ANIMAL SELVAGEM EM PERIGO?

Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM
961 957 545 | sosvidaselvagem@madeira.gov.pt
Dias úteis: 9:00h - 17:30h

Guarda Nacional Republicana
Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)
Comando Territorial da Madeira | 291 214 460
Dias úteis: 17:30h - 09:00h
Sábados, domingos e feriados - 24 horas
ifcn.madeira.gov.pt/

Figura 4

da sua estrutura SEPNA, unem valências e esforços na recolha, recuperação e restituição ao seu *habitat* natural, de todas as aves que possuam conhecimento e em particular, da cagarra.

O conhecimento para a recolha e preservação desta espécie pode ser direto ou indireto, nomeadamente através do contacto pessoal ou telefónico do cidadão madeirense, que tem cada vez mais interesse e preocupação com as questões ambientais.

Todos os anos, verifica-se um crescimento exponencial das chamadas telefónicas efetuadas para este Comando Territorial da Madeira, principalmente entre os meses de setembro e novembro, pelo facto de ser a época do ano mais crítica para as cagaras. Os juvenis começam a sair dos ninhos e em virtude da existência da iluminação pública durante a noite, causar encadeamento nos seus primeiros voos, é comum observá-las caídas nas cidades, jardins ou estradas.

O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, através do Núcleo de Proteção Ambiental do Funchal, efetuou entre 1 de janeiro de 2018 e 30 de novembro de 2019, a recolha de 26 cagaras (Figura 5 e 6).

Destas, 12 foram restituídas ao seu *habitat* natural (Figura 7), e outras 14 foram entregues ao Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, para recuperação e posterior restituição, em virtude das mesmas apresentarem sinais notórios de debilidade ou lesões.

Este nobre ato contribui indubitavelmente para salvaguarda do bem-estar animal, bem como para o cumprimento da missão ambiental cometida a este Serviço, fortalecendo valores e virtudes no relacionamento com as demais entidades e depositando acima de tudo, confiança do cidadão, conferindo visibilidade ao significado das palavras de uma «Força Humana, Próxima e de Confiança».

ESPÉCIES APREENDIDAS/RECUPERADAS								
Período: de 01-01-2018 a 31-12-2018								
Unidade: COMANDO TERRITORIAL DE MADEIRA								
Un	Ação	tipoEsp	ambito	familia	especie	nomeComum	quant	UnidMed
CTMADEIRA	Recuperada	Aves	Rede Natura 2000	Procellariidae	Calonectris diomedea	Cagarra	14	Unidade

Figura 5

ESPÉCIES APREENDIDAS/RECUPERADAS								
Período: de 01-01-2019 a 22-11-2019								
Unidade: COMANDO TERRITORIAL DE MADEIRA								
Un	Ação	tipoEsp	ambito	familia	especie	nomeComum	quant	UnidMed
CTMADEIRA	Recuperada	Aves	Rede Natura 2000	Procellariidae	Calonectris diomedea	Cagarra	12	Unidade

Figura 6



Figura 7

As Redes Sociais em Complemento à Missão da GNR na RAM

Pela alferes Francisca Albergaria

Adjunta da Secção de Operações Treino e Relações Públicas

Dez anos depois da criação do Comando Territorial da Madeira, muitas foram as barreiras ultrapassadas e os objetivos alcançados, que em conjunto contribuíram para o sucesso da missão desta Guarda, na Região Autónoma da Madeira. A utilização das Redes Sociais tem contribuído para o cumprimento da missão da Guarda e é o espelho da constante adaptação à sociedade e ao mundo. De forma a garantir o cumprimento da sua missão, surge a necessidade de um ajuste permanente do serviço policial e das estratégias comunicacionais, para que a relação da instituição com a população seja permanentemente melhorada e contribua para o desenvolvimento de laços de confiança.

Com a evolução tecnológica que se vive por todo o mundo e com o surgimento da Web 2.0, as Redes Sociais passam a ser plataformas cada vez mais uti-

lizadas por todo o tipo de pessoas, das mais diversas idades e com os mais distintos interesses. É então essencial para as organizações, que exista um acompanhamento deste progresso tecnológico, de forma a que as relações internas e externas se mantenham e de preferência se desenvolvam.

Na Guarda Nacional Republicana, a adoção destas estratégias reflete-se na adesão às Redes Sociais, com a criação, em 2012, da sua página no *Facebook*, uma vez que se tratava da plataforma, entre as redes sociais, com maior número de seguidores. Mais tarde, em 2014, a Guarda adere também ao Instagram, sempre com o intuito de chegar mais próximo e ainda mais longe, no que toca ao contacto com os cidadãos. O *feedback* obtido foi bastante positivo e dessa forma, as Redes Sociais passaram a ser uma ferramenta essencial, com o objetivo de fomentar a comunicação,



potenciar o relacionamento entre a população e a instituição e de contribuir para a partilha de informação e conhecimento.

Quanto ao Comando Territorial da Madeira, também não podia ser indiferente a esta mudança institucional, criando também a sua própria página no *Facebook* - «GNR – Comando Territorial da Madeira», em 12 de junho de 2016, contando já com uma comunidade de mais de 4.700 seguidores, tendo num dos seus *posts*, obtido mais de 4.600 gostos, constituindo um marco memorável, devido à dimensão regional.

De entre as várias publicações realizadas, podemos destacar a notícia com maior alcance, chegando a cerca de 35.000 visualizações, referente a uma apreensão de 1.050 pés de canábis, no concelho da Ribeira Brava, publicada em 21 de julho de 2017. (Figura 2) Outra das publicações que mais suscitou a interação do público, através de reações, comentários e partilhas, surge em 31 de maio de 2019, e decorreu da intervenção do Subagrupamento Madeira do GIPS,



Figura 2 - Publicação com maior alcance



Figura 3 - Publicação com mais interações

respeitante ao resgate de um canídeo numa levada no Paúl da Serra. Esta publicação alcançou 11.153 pessoas e contou com cerca de 3.000 interações. (Figura 3)

A página do CTer Madeira no *Facebook* tem sido utilizada para dar a conhecer as principais atividades e objetivos operacionais, assim como a própria história e a missão do Comando Territorial, divulgando ainda, eventos e outras ações em que há a participação da GNR, apresentando resultados operacionais e difundindo conselhos e normas para a população em geral.

Com a utilização destas ferramentas digitais, espera-se podermos contribuir para melhoria da imagem da GNR, junto da população geral, bem como para o fortalecimento de laços de confiança e colaboração com um público-alvo, cada vez mais atento e crítico ao trabalho desenvolvido pela Guarda, na Madeira. Através da utilização das redes sociais, pretendemos que este seja mais um espelho de uma Guarda moderna e atual.

O Contributo da GNR da Madeira na Segurança do Espaço Schengen

Pelo tenente-coronel Marco Nunes

2.º comandante, oficial SEPNA e oficial RP do CTM

Breve enquadramento geoestratégico da RAM

A Madeira é um território arquipelágico localizado no oceano Atlântico, pertencente ao grupo da Macaronésia¹, e parte integrante da República Portuguesa e consequentemente da União Europeia.

Detentora de estatuto político administrativo próprio, previsto na Constituição da República Portuguesa² e, por conseguinte, dotada de autonomia política e administrativa, é oficialmente designada por Região Autónoma da Madeira.

De origem vulcânica e inserido na placa africana, o Arquipélago da Madeira é constituído por quatro ilhas principais – Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens – situando-se a cerca³ de 970 km de Lisboa e de Ponta Delgada, 520 km de Las Palmas (Gran Canaria – Espanha) e a 685 km de Essaouira (Marrocos).

Com uma população residente de 253.945 habitantes⁴, tem como capital o Funchal, uma cidade cosmopolita e bastante turística.

Possui ainda um Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) - também conhecido por Zona Franca da Madeira – é composto pela Zona Franca Industrial, o Registo Internacional de Navios e os Serviços Internacionais, que «consiste num conjunto de incentivos, sobretudo de natureza fiscal, concedidos com o objetivo de atrair investimento externo para a Madeira,

sendo reconhecido como o mecanismo mais eficiente para a modernização, diversificação e internacionalização da economia regional»⁵.

As principais infraestruturas de comunicação com o exterior são os dois aeroportos existentes (um na ilha da Madeira e outro no Porto Santo), o Porto do Funchal, o Porto Comercial do Caniçal, o Porto do Porto Santo, a Marina Internacional do Funchal e a Marina Internacional do Porto Santo.

Apesar de ser internacionalmente conhecida pelo turismo de natureza⁶, a Madeira oferece condições favoráveis para a instalação de empresas e atividades internacionais, das quais se destacam a tributação reduzida, boas infraestruturas e serviços de apoio, segurança e qualidade de vida, entre outros. Daqui resulta a procura da Madeira, não só por cidadãos nacionais e/ou comunitários, mas também por cidadãos estrangeiros⁷.

O controlo do Espaço Schengen insular e o conceito IBM

O Espaço Schengen abrange 26 países europeus, dos quais 22 são Estados-Membros da União Europeia: Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos,

¹ «O termo Macaronésia, de etimologia grega (*makáron* = felicidade, nésoi = ilhas), foi utilizado pela primeira vez, pelo geólogo e botânico inglês Philip Baker Webb, para se referir a uma área biogeográfica, constituída pelos Arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, tendo em conta a riqueza e particularidade dos seus recursos botânicos.» A MACARONÉSIA <<https://ifcn.madeira.gov.pt/30-biodiversidade/158-a-macaronesia.html>> acedida em 3 de dezembro de 2019;

² Vide: artigo 225.º da Constituição da República Portuguesa;

³ Distâncias medidas tendo a cidade do Funchal como ponto de referência;

⁴ Dados de 2018, disponíveis em: «Direção Regional de Estatística Da Madeira» <<https://estatistica.madeira.gov.pt/>> acedida em 3 de dezembro de 2019;

⁵ O CINM <<https://www.abc-madeira.com/pt/about-abc.html>> acedida em 4 de dezembro de 2019.

⁶ A Madeira foi galardoada, pela 5.ª vez consecutiva, com o prémio de melhor destino insular do mundo: *World's Leading Island Destination* 2019 – *World Travel Awards* <<https://www.worldtravelawards.com/award-worlds-leading-island-destination-2019>> acedida em 4 de dezembro de 2019;

⁷ Leia-se: não pertencentes ao espaço Schengen;

Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, e quatro não-membros, como a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e a Suíça.

Ao fazerem parte do espaço sem controlos nas fronteiras internas, significa que estes países⁸:

- ▶ não efetuam controlos nas suas fronteiras internas (ou seja, nas fronteiras entre dois Estados Schengen);
- ▶ efetuam controlos harmonizados, com base em critérios claramente definidos, nas suas fronteiras externas (ou seja, nas fronteiras entre um Estado Schengen e um Estado não Schengen).

No caso da RAM, sendo parte da República Portuguesa e por conseguinte, parte do espaço Schengen, são cumpridos na íntegra estes princípios. No entanto, devido a ser uma parcela de território rodeada por mar, a fronteira interna (terrestre com outro país) é inexistente e a fronteira externa consiste no mar para além do Mar Territorial. Importa assim analisar os principais pontos de entrada neste território insular, uma vez que será nestes onde haverá necessidade de efetuar os eventuais controlos.

Os mais recorrentemente utilizados por pessoas serão sem dúvida os aeroportos (Cristiano Ronaldo e do Porto Santo), que também têm uma percentagem, ainda que residual, de entrada de mercadorias na RAM.

A estes, acresce o Porto do Funchal que é composto pelo Cais Norte, destinado aos navios de cruzeiro e mais oito cais, cais RO-RO⁹ e o Terminal de Cimentos dos Socorridos. Uma das principais atenções operacionais visa o controlo dos navios de cruzeiro que atracam neste porto, durante a época alta,¹⁰ devido ao turismo que, para além de passageiros, tem

também uma parte considerável de movimentação de cargas. O Cais RO-RO também merece atenção especial nos anos em que é adjudicada a ligação marítima via *ferry* com Portugal Continental e as ilhas Canárias, normalmente apenas durante os meses de verão. No resto período do ano, este cais é utilizado pelo *ferry* de ligação entre a ilha da Madeira e a ilha do Porto Santo. Não tão importante, em termos de movimento de pessoas, mas o mais relevante no que toca à movimentação de mercadorias, temos o Porto Comercial do Caniçal. Composto pelo Cais Norte, Cais Sul e pela Companhia Logística de Combustíveis da Madeira (CLCM), constituindo-se como a infraestrutura portuária por onde é movimentado o grosso das mercadorias que entram na RAM.

Também o Porto do Porto Santo tem a sua quota parte na circulação de mercadorias, mas de menor volume que os dois portos antecedentes.

As tabelas seguintes revelam os dados referentes a 2018, com o total anual de circulação de passageiros e mercadorias nos aeroportos e portos da RAM:

As marinas da RAM, apesar de revelarem menor volume de movimento de passageiros e mercadorias, não deixam de ser importantes, mais não seja pelos desafios que apresentam no controlo destes mesmos movimentos. Enquanto que o controlo de passageiros e mercadorias, nos aeroportos e portos, é efetuado com recurso a diversos sistemas tecnológicos que partilham informação entre entidades e países (e.g. caso do *Passengers Name Record* (PNR) em uso nos aeroportos), o mesmo não acontece com as marinas. De facto, no caso da RAM, nestas infraestruturas, parte do controlo é efetuado pela empresa que gere a marina (e, por norma, referimo-nos a entidades pri-

⁸ Comissão Europeia, O Espaço Schengen 1 <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf> acedida em 4 de dezembro de 2019;

⁹ Plataforma destinada a navios em que a carga é rodada ou é carregada/descarregada a bordo em veículos ou plataformas equipadas com rodas (RO-RO significa *Roll-on/Roll-off*). Inserido no Cais 1.

¹⁰ Período entre setembro a abril, de acordo com os dados referentes a 2018, disponibilizados em: APRAM, Movimento Dos Passageiros de Navios de Cruzeiro No Porto Do Funchal No Ano 2018 2.

	Aeroportos	Porto do Funchal	Porto do Porto Santo	Porto do Caniçal
Mercadorias	3.244	61.854	22.825	1.085.460

Tabela 1 - Movimento de mercadorias na RAM (em toneladas)

Transportes Marítimos - Transportes Marítimos <<https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/transportes-pt/transportes-quadros-pt/quadros-transportes-mar-pt.html>> acedida a 4 de dezembro de 2019;

	Aeroportos	Portos (passageiros em trânsito)	Portos (passageiros em cruzeiro)
Passageiros	3.345.882	349.185	686.514

Tabela 2 - Movimento de Passageiros na RAM

«Direção Regional de Estatística da Madeira» (n 4);

vadas, apesar de esta situação ocorrer também com o PNR, em que são as companhias aéreas que disponibilizam a informação), em que o único sistema em uso é o Latitude 32¹¹ e apenas de uso nacional (com algumas nuances visto que nem todas as entidades gestoras das marinas nacionais usam o sistema). Nesta problemática, pesa ainda a falta de troca de informação com os países/marinas de origem das embarcações com destino às ilhas da RAM, não só das pertencentes a Estados-Membros, como também das de países terceiros.

Assim, as Forças e Serviços de Segurança, em concreto o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Guarda Nacional Republicana, sem prejuízo de outras

entidades, têm desafios acrescidos na prevenção, deteção e investigação do terrorismo e outras formas de crimes graves (e.g. tráfico de drogas, tráfico humano, exploração sexual de pessoas, etc.).

Apesar da abolição das fronteiras internas entre os países referidos anteriormente, mantém-se, contudo, a necessidade de exercer controlo das fronteiras externas¹².

Com a entrada em vigor da Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2017, foi estabelecida a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras (EN-GIF) no âmbito do *Integrated Border Management*¹³ (IBM). Este conceito vem definir 11 dimensões de IBM, que, no caso português, não se concentra numa

¹¹ Que veio complementar o antigo procedimento de registo de embarcações suspeitas (RES);

¹² Esta atividade encontra suporte no Artigo 3.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia (TUE) e nos Artigos 67.º e 77.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);

¹³ Modelo adotado pela União Europeia para a gestão das fronteiras e respetivos sistemas de forma coerente e coordenada;

única autoridade, encontrando-se dispersas por diversos organismos públicos sob diferentes tutelas.

No caso da Guarda Nacional Republicana (GNR), a ENGIF reconhece como competências desta Força de Segurança, no âmbito das fronteiras, as missões atribuídas à Unidade de Controlo Costeiro (UCC)¹⁴, à Unidade de Ação Fiscal (UAF)¹⁵ e às Unidades Territoriais. Estas funções «podem ser exercidas, em determinadas circunstâncias, em complementaridade, cooperação e coordenação com outras entidades (AT, PJ, PM) em razão da matéria».¹⁶

ENGIF e o Comando Territorial da Madeira

Para o cumprimento da sua missão na RAM, a GNR dispõe do Comando Territorial da Madeira, que se configura como uma Unidade *sui generis*, no que respeita às missões atribuídas.

Os Comandos Territoriais das Regiões Autónomas têm previsão legal no capítulo da Lei Orgânica da GNR referente às «Unidades Territoriais» e encontram-se previstos no mesmo artigo que os demais Comandos Territoriais – o artigo 37.º - sendo expressamente referidos no seu n.º 2, onde lhes são atribuídas missões da UCC e da UAF, dependendo destas funcionalmente, sem prejuízo de outras que lhes sejam especialmente cometidas.

Assim, no que concerne à ENGIF e às missões da GNR

nesta matéria, caberá ao Comando Territorial da Madeira, desenvolvê-las em todo o Território da RAM e respetivo Mar Territorial.

Para o efeito, o dispositivo desta Unidade assenta num Destacamento Territorial - disposto em três Postos Territoriais, dois Postos Fiscais, uma Secção Cinotécnica, um Núcleo de Proteção do Ambiente e uma Secção Naval. São, essencialmente, estas Subunidades que cumprem as missões da GNR inerentes à ENGIF em toda a RAM. De salientar que os Postos Territoriais do Comando Territorial da Madeira, apesar da designação, mantêm funções intimamente ligadas à componente fiscal e aduaneira, ficando algo distantes daquilo que é um Posto Territorial, conforme conhecemos em Portugal Continental. Para assegurar as missões atribuídas¹⁷, existem locais sob permanente atenção que coincidem com as infraestruturas mencionadas anteriormente, que se constituem ainda como os Postos de Fronteira¹⁸ autorizados, nomeadamente:

Aeroporto Cristiano Ronaldo¹⁹, pelo Posto Fiscal do Aeroporto;

Terminal de passageiros, nos tapetes de recolha de bagagem, onde é dada colaboração direta aos elementos da Alfândega do Funchal, na fiscalização de bagagens;

¹⁴ Vide: Resolução Do Conselho de Ministros n.º 104/2017 - Estratégia Nacional de Gestão IBM (2017) 1.ª série Diário da República 3760. Bem como: Assembleia da República, Lei n.º 63/2007 - Lei Orgânica Da Guarda Nacional Republicana (2007) 1.ª Série Diário da República 8043. É atribuído à UCC o cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, detendo ainda competências específicas na vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas. Compete também à UCC-GNR alojar e operar o Centro Nacional de Coordenação (CNC) do EUROSUR, bem como a incumbência de gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), que se encontra distribuído ao longo da orla marítima;

¹⁵ *Idem*. No âmbito das fronteiras, a GNR, através da sua Unidade de Ação Fiscal (UAF), tem a competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira, executando ações de investigação criminal e contraordenacional, em todo território nacional, através da coordenação, controlo e fiscalização, em cooperação com outras entidades, e, em caso de reposição das fronteiras por suspensão da aplicação do acordo Schengen, efetua a vigilância na fronteira terrestre através das suas Unidades territoriais;

¹⁶ Resolução Do Conselho de Ministros n.º 104/2017 - Estratégia Nacional de Gestão IBM (n 16);

¹⁷ Ver o artigo 3.º da LOGNR nas alíneas respeitantes à UCC e UAF, nomeadamente: «Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas; Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira; Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais; Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas»;

¹⁸ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Postos de Fronteira <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=54>> acedida em 5 de dezembro de 2019;

¹⁹ Posto de Fronteira do SEF n.º 004;

PELA LEI E PELA GREI

Terminal de mercadorias, com fiscalização permanente da circulação de mercadorias que entram na RAM, por via aérea;

Tapetes de distribuição de bagagens, com despistas frequentes, pelos meios cinotécnicos, em coordenação com a Alfândega do Funchal.

Aeroporto do Porto Santo²⁰, pelo Posto Territorial do Porto Santo: em tudo idêntico ao Aeroporto Cristiano Ronaldo, com a nuance dos serviços serem executados apenas quando há voos previstos, uma vez que é um aeroporto com um movimento muito inferior.

Porto do Funchal²¹, pelo Posto Territorial do Funchal e Secção Naval:

Gare marítima: na época alta do movimento de navios de cruzeiro e em coordenação direta com a Alfândega do Funchal;

Marina do Funchal, com presença permanente da Secção Naval.

Porto do Porto Santo²², pelo Posto Territorial do Porto Santo;

Edifício da Administração (permanente).

As marinas são controladas pelos Postos que as tenham inseridas na sua zona de ação ou pelas subunidades que tenham presença nestas infraestruturas, como é o caso da Secção Naval na Marina do Funchal. Na RAM, as que assumem particular importância devido ao seu estatuto, à sua dimensão e tráfego de embarcações e recreio são:

Marina do Funchal: por estar na principal cidade da RAM, estar inserida num Posto de Fronteira e ser a de maior dimensão, é controlada em permanência pela Secção Naval e onde esta subunidade possui um dos seus meios navais;

Marina do Porto Santo: por ser um Posto de Fronteira e ser a única marina na ilha do Porto Santo, é controlada em permanência pelo Posto Territorial do

Porto Santo que também opera um dos meios navais ao serviço na Unidade;

Marina da Quinta do Lorde: apesar de ser um empreendimento privado, é uma das marinas com maior movimento de embarcações na RAM, sendo controlada regularmente pelo Posto Fiscal da Zona Franca e pela Secção Naval, que também tem nesta marina outro dos seus meios navais;

Marina da Calheta: infraestrutura pertencente ao Governo Regional, mas sob administração privada, constitui-se também como uma das marinas da RAM, com mais movimento de embarcações. É controlada pelo Posto Territorial de São Vicente e Secção Naval.

Perspetivas de futuro

Anteriormente, apresentámos de forma breve, algumas das capacidades existentes no Comando Territorial da Madeira, deixando para o final, a parte que está atualmente em curso e que obrigará à reformulação do emprego operacional das subunidades que colaboram diretamente na ENGIF: a componente tecnológica.

Conforme referido, o SIVICC é o sistema de vigilância da orla costeira e do Mar Territorial, cabendo à GNR, através do Centro Nacional de Coordenação da UCC, gerir e operar o mesmo. No entanto, este sistema, até à data, ainda não foi implementado nas Regiões Autónomas, encontrando-se em fase de implementação na RAM. Obviamente que, quando este sistema estiver operacional na RAM, haverá influência direta na forma como a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial da RAM, são executadas.

Para a implementação do sistema na RAM, foram definidos uma série de locais que ofereciam as melhores condições para a implementação dos Postos de Observação (PO), de forma a cobrir o máximo da orla

²⁰Posto de Fronteira do SEF n.º 008.

²¹Posto de Fronteira do SEF n.º 208.

²²Posto de Fronteira do SEF n.º 223.

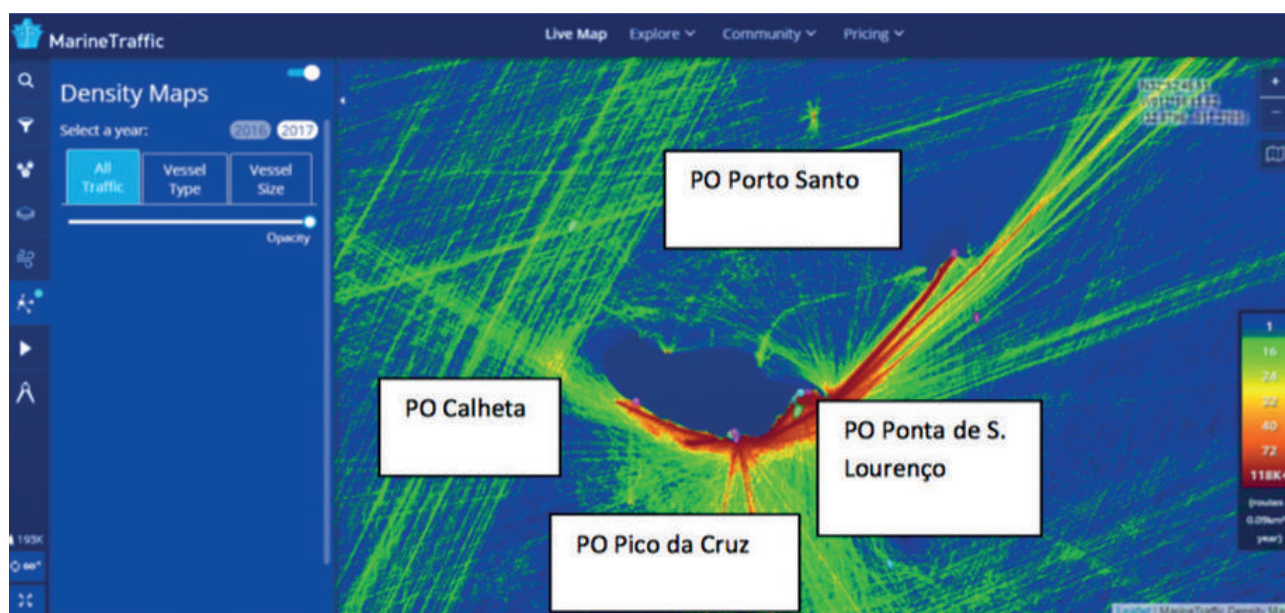


Figura 1 - Densidade de circulação de navios 2017

MarineTraffic: Global Ship Tracking Intelligence | AIS Marine Traffic <<https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-16.6/centerx:32.8/zoom:9>> acedido em 5 de dezembro de 2019.

costeira. O número dos PO necessário para o efeito, devido ao elevado recorte da orla costeira da ilha da Madeira, revelou-se desproporcional, pelo que foi necessário adotar critérios adicionais para além da taxa de cobertura da costa. Assim, orientou-se o esforço para os locais de maior importância operacional, para as atividades relacionadas com a ENGIF: o Porto e Marina do Funchal, o Porto e Marina do Porto Santo, o Porto Comercial do Caniçal e a Marina da Quinta do Lorde, e a Marina da Calheta. Daqui resultou a definição dos locais de instalação dos PO no Pico da Cruz (Funchal), Ponta de S. Lourenço (Caniçal), Calheta e Porto Santo.

Além da cobertura das infraestruturas atrás referida, conseguir-se-á, desta forma, vigiar os principais eixos de aproximação marítimos à RAM, das embarcações provenientes dos Açores, Canárias, Marrocos, Portugal Continental e do Sul de Espanha/Mediterrâneo: (Figura 1)

As mudanças já se começam a fazer sentir, com a reformulação da Sala de Situação do Comando Territo-

rial da Madeira, que passará a ter um Centro Regional de Coordenação do SIVICC.

Haverá ainda um investimento em formação dos militares que irão operar com o sistema na sua vertente fixa e móvel.

Os meios navais irão contar com um *Coastal Patrol Boat* (CPB), semelhante aos utilizados nas missões Frontex, que também carecerá de atualização de conhecimentos dos militares da Secção Naval.

Para garantir a cobertura das zonas mortas dos PO fixos, com a possibilidade de emprego em outras missões de vigilância, está ainda prevista a aquisição de uma *Multi Surveillance Vehicle* (MSV).

Com estes investimentos, a atividade de controlo costeiro desenvolvida pelo Comando Territorial da Madeira estará cada vez mais próxima dos *standards* nacionais, melhorando a ação da GNR neste território insular, contribuindo de forma decisiva para a ENGIF e assegurando que o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia seja uma realidade neste território arquipelágico.



BIBLIOGRAFIA:

A MACARONÉSIA <<https://ifcn.madeira.gov.pt/30-biodiversidade/158-a-macaronesia.html>> acedido em 3 de dezembro de 2019;

APRAM, Movimento Dos Passageiros de Navios de Cruzeiro No Porto Do Funchal No Ano 2018;

Assembleia da República, Lei n.º 63/2007 - Lei Orgânica Da Guarda Nacional Republicana (2007), 1.ª Série Diário da República 8043;

«Direção Regional de Estatística da Madeira» <<https://estatistica.madeira.gov.pt/>>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

Europeia C, O Espaço Schengen <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

Fronteiras S de E e, Postos de Fronteira <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=54>>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

MarineTraffic: Global Ship Tracking Intelligence | AIS Marine Traffic <<https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-16.6/centerx:32.8/zoom:9>>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

O CINM <<https://www.abc-madeira.com/pt/about-abc.html>>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017 - Estratégia Nacional de Gestão IBM' (2017), 1.ª Série Diário da República 3760;

Transportes Marítimos - Transportes Marítimos <<https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/transportes-pt/transportes-quadros-pt/quadros-transportes-mar-pt.html>>, acedido em 3 de dezembro de 2019;

World's Leading Island Destination 2019 – World Travel Awards <<https://www.worldtravelawards.com/award-worlds-leading-island-destination-2019>>, acedido em 4 de dezembro de 2019;